



dar luz à mudança

spn
INFORMAÇÃO



ilustração Ana Lima

até quando as mulheres,
de negro,
esperam nas praias tempestades,
estão imóveis.
ficam imóveis e esperam
que os dias e o vento apaguem
o corpo, o cabelo, o tempo como crinas
grinaldas
e os olhos fitos nas ondas
em ritmos calendários.

até quando as mulheres
de branco,
esperam nos bosques olmos,
do outro lado das nascentes,
estão imóveis.
ficam imóveis e esperam
que as aves tragam os peixes
alumiados pelos céus divididos
e apaguem a dádiva do tempo
rápido das clareiras.

até quando as mulheres,
de nudez vestidas
esperam as direções do mar,
vão.
vão e correm à procura das nascentes,
vão dividir-se nas claridades,
no ritmo das ondas, no sal
nas luzes e nos destinos.

Óscar Possacos

spn
INFORMAÇÃO

Diretora Manuela Mendonça · **Editor** António Baldaia

Conselho de Redação Abel Macedo, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro, Teresa Medina

Colaborador Permanente José Paulo Oliveira

Design Gráfico Inês Rangel · **Foto Capa** Ana Alvim · **Impressão** Multiponto, S.A.

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redação e Administração** Rua D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6

E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 20.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal n.º** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não refletem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direção do SPN.

Após sucessivos programas de austeridade, o agravamento da situação económica, social e política está a levar a uma progressiva degradação das condições de vida dos portugueses, que, a não ser travada, provocará profundas ruturas sociais.

A revisão das previsões oficiais para 2012 no que respeita à recessão (de 1,8% para 3,3%) e ao desemprego (de 13,6% para 14,5%) é apenas mais um indicador de que o caminho que estamos a percorrer é ruinoso para o país e para os portugueses. Perante o cada vez maior número de vozes que reclamam a necessidade de renegociação da dívida – nomeadamente o alargamento do prazo para a redução do défice e a diminuição das taxas de juro –, os nossos governantes insistem que tal não é, nem vai ser, necessário. Alguns *comentadores oficiais* admitem que até se possa ir falando nisto em Bruxelas, mas nunca assumi-lo agora publicamente, porque não seria bem recebido pelos mercados.

Neste contexto, é particularmente pertinente a indignação de Almeida Garrett, lembrada na página 18 desta edição:

“E eu pergunto aos economistas políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização (...), à penúria absoluta, para produzir um rico?”
Palavras que, dois séculos depois, mantêm grande atualidade.



Manuela Mendonça
coordenadora do SPN

O direito a viver com dignidade

Quantos mais trabalhadores portugueses vão ter de ficar desempregados em cada dia que passa, até ficarmos suficientemente distantes da Grécia e podermos reclamar junto da troika condições mais favoráveis para pagar o que devemos?

Quantos mais cidadãos vão ter de adiar consultas no Serviço Nacional de Saúde por não terem condições para assegurar o transporte ou pagar as taxas moderadoras?

Quantos mais estudantes do Ensino Superior vão ter de abandonar os estudos porque a sua bolsa foi recusada por alguém no seu agregado familiar estar numa situação de incumprimento fiscal?

Quantas mais pessoas terão de viver abaixo do limiar da pobreza, onde estão já hoje todos os que ganham o salário mínimo nacional?

A quantas mais vai ser retirado o direito a viver com o mínimo de dignidade... para que Portugal não incorra na ira dos mercados, quais divindades pagãs a exigir sacrifícios?

No dia 22 de março, dia de greve geral, e noutras ações de luta que certamente se lhe seguirão, somos chamados a afirmar, em unidade, que não aceitamos esta regressão brutal em direitos – sociais, laborais, civilizacionais – conquistados a custo por gerações e gerações de ativistas sociais e sindicais.

Como testemunho desta herança, José Gomes Bento, cuja obra «O Movimento Sindical dos Professores – Finais da Monarquia e I República» referenciamos no caderno temático desta revista [destacável e colecionável], lembra que “os professores têm um passado de luta pelos seus interesses profissionais e pelas reformas essenciais no ensino. Muitas das suas propostas integravam-se no melhor espírito progressista do tempo, defendiam métodos pedagógicos anti-traditionalistas, enalteciam valores humanistas, desmistificavam as pseudo-reformas, erguiam-se contra prepotências e arbitrariedades do poder”.

Uma herança inspiradora, neste tempo difícil, mas desafiante, que nos é dado viver.

Revisão da Estrutura Curricular

Alteração cirúrgica? Amputação é alteração cirúrgica!



Henrique Borges

Que é necessária uma verdadeira reorganização curricular, já há muito o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) defendem. Consideramos que urge debater vários aspectos de natureza curricular, sobretudo com o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos, o que, por si só, obrigaria a repensar todo o sistema: organização da escola; ciclos de ensino, sua duração e interligação; metas a atingir no final de cada ciclo; lugar e natureza de uma educação básica já não coincidente com a escolaridade obrigatória; natureza do Ensino Secundário e sua ligação com o ciclo anterior e com o Ensino Superior, sem esquecer que se trata de um ciclo terminal de estudos; o lugar das vias artísticas, tecnológicas e profissionalizantes; programas...

Com tanto, salta à vista (de quem queira ver...) que, antes, seria essencial uma exaustiva avaliação do que temos, para se pensar no que queremos. E para isso seria essencial garantir tempo para, em debate transversal a toda a sociedade, procurar o máximo de contributos e obter as melhores respostas. Só depois de a maior parte das questões terem respostas, e devidamente articuladas, é que se poderia partir para o que foi, afinal, o primeiro passo: a definição da estrutura curricular dos vários anos e ciclos de escolaridade. Ora, o tempo para discussão pública foi apenas um mês e meio...

No entanto, perante esta inversão, só poderia haver genuína surpresa se não se tivesse em conta o que está realmente na base desta "revisão" – reduzir a despesa neste âmbito em 102 milhões de euros, para cumprir o Orçamento de Estado para 2012. Evidentemente, uma redução desta grandeza só se consegue pela redução drástica de recursos humanos, ou seja, de professores – neste caso, dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e do Secundário.

Sim...



Contra a qualidade, cortar, cortar...

Com efeito, quando se propõe eliminar o Estudo Acompanhado, a Formação Cívica (a Área de Projecto já o fora), o par pedagógico em EVT, o desdobramento em Ciências (2ºCEB), a Educação Tecnológica, as TIC no 9º ano, um tempo na disciplina trienal (Secundário) ou a segunda opção no 12º ano, ou, ainda, alterar o regime de desdobramento do 3ºCEB, estes cortes traduzem-se em forte desemprego docente, mas também, inexoravelmente, no abaixamento da qualidade e do carácter transversal e integral da educação.

É muito triste verificar que a Educação continua – talvez mais do que nunca em 38 anos depois de Abril – a ser olhada pelo Governo e pelo ministro da tutela como uma despesa, e não como um investimento.

A proposta do MEC põe a nu o ideário de Nuno Crato. Nas escassas duas páginas que antecedem as grelhas curriculares, e a pretexto das "necessidades de um ensino moderno e exigente", sucedem-se expressões como "disciplinas fundamentais", "conhecimentos fundamentais", "disciplinas essenciais", "definição de objectivos claros, rigorosos, mensuráveis e avaliáveis", "conteúdos disciplinares centrais", "conhecimento estruturante"... Dito de outra maneira, é a versão século XXI do revelho ler, escrever e contar. Trata-se, pois, de uma proposta que visa, afinal, o empobrecimento curricular – uma verdadeira amputação, com consequências inimagináveis na qualidade do serviço educativo.

Tem sido dito que este governo, e particularmente Crato, não tem uma verdadeira estratégia ou política consistente para a educação, mas isso não é totalmente verdade. E esta "revisão", de calculadora em punho, demonstra-o. Como refere o parecer da Fenprof, "há uma intenção economicista (...), mas está igualmente presente uma opção ideológica, a de que não se vê necessidade de, na definição de um currículo nuclear, contemplar diferentes dimensões desse mesmo currículo".

É pena que esta opção ponha em causa o futuro da Escola Pública enquanto importante instrumento de combate às assimetrias e de democratização... É pena que ponha em causa o futuro das gerações mais jovens e o futuro do próprio país...

José Manuel Costa, Direcção do SPN

O autor não respeita o Acordo Ortográfico de 1990, vulgo Novo Acordo Ortográfico

- A proposta e o parecer da Fenprof estão disponíveis em www.spn.pt

Concursos:

razões do não acordo da Fenprof

O que outros parecem esquecer quando enaltecem as “cedências” do MEC, referindo-se a aspetos que melhoraram entre a primeira versão e aquela a que deram o aval, é que, em vários casos, a solução encontrada, registando alguma evolução, não deixa de ser pior do que a que está em vigor.

Depois de, na noite de 17 de fevereiro, o MEC ter enviado à Federação Nacional dos Professores (Fenprof) um projeto de decreto-lei visando a alteração da legislação de concursos, iniciou-se o respetivo processo negocial, com uma primeira reunião em 27 do mesmo mês e uma outra no dia 5 de março, que acabou por ser dividida em duas partes, uma ao início da tarde e outra à noite.

Esta parte noturna da negociação contou, para surpresa da Comissão Negociadora da Fenprof, com a presença de todas as organizações sindicais, ainda que divididas por quatro diferentes salas, de acordo com as mesas negociais estabelecidas, e teve o objetivo, então assumido pelos responsáveis do MEC, de procurar chegar logo ali a um acordo final.

Um acordo a que algumas organizações sindicais chegaram, já na madrugada do dia 6, mas que a Fenprof não tinha condições para subscrever. É que não só os elementos presentes não tinham esse mandato, nem das direções dos respetivos sindicatos, nem do Conselho Nacional da Fenprof (órgão máximo entre congressos), como também a proposta apresentada pelo MEC o não justificou, de todo!

Com efeito, e apesar de, pelos vistos, outros se considerarem muito satisfeitos, no dia 10 de março, o Conselho Nacional da Fenprof decidiu não dar o seu aval à última versão do projeto, optando pelo pedido de negociação suplementar, já entregue ao MEC, que agendou uma primeira reunião (porventura única...) para 26 de março.

Nessa negociação suplementar, a Fenprof irá, pois, tentar ainda clarificar vários aspetos da proposta, cuja redação é confusa ou mesmo contraditória, bem como tentar reverter as intenções do MEC em vários aspetos que motivaram maiores divergências e que, a manterem-se, impedirão o nosso acordo.

Entre outros, são exemplos principais dessa divergência de posições os seguintes aspetos:

- insistência do MEC na realização dos concursos interno e externo (para transferência de quadro e acesso aos quadros, respetivamente) apenas de 4 em 4 anos;
- inexistência de qualquer regime, ainda que excepcional, de vinculação de docentes contratados, admitindo a Fenprof que essa vinculação excepcional poderia realizar-se nos termos de uma Resolução aprovada em 2010 pelo Parlamento, a qual permitia a integração excepcional nos quadros de docentes que lecionassem há mais de 10 anos, desde que com, pelo menos, 6 meses de trabalho por ano.
- possibilidade de integração na 1ª prioridade do concurso externo (e, por consequência, dos concursos à contratação inicial e à reserva de recrutamento) de docentes oriundos de estabelecimentos de ensino privados (com contrato de associação), ainda que só com tempo de serviço prestado fora do ensino público.
- discriminação dos docentes das Regiões Autónomas, que, em algumas modalidades, sobretudo na mo-

bilidade interna, mas também no concurso interno (neste caso, os docentes da Educação Especial), não podem candidatar-se em pé de igualdade com os docentes do continente;

- afastamento do concurso geral dos agrupamentos TEIP e das escolas com contrato de autonomia, continuando em ambos os casos o recrutamento a ser feito quase exclusivamente por contratação de escola, com o que isso implica de discricionariedade e injustiça, mesmo com as alterações que a proposta pretende introduzir no processo;
- contratação por oferta de escola sempre dependente de entrevista, para mais com uma ponderação de 50%;
- introdução de penalizações aos docentes que denunciem, ainda que no respeito pela lei, os seus contratos, seja dentro, seja fora do período experimental;
- manutenção da possibilidade de renovação de colocações por contratação, agora até alargada às colocações por oferta de escola, continuando, desse modo, a perverter-se a graduação profissional e deixando à mera sorte ou azar a distinção entre ter ou não emprego;
- impedimento de os docentes com habilitação própria se apresentarem a concurso, em prioridade específica, após os profissionalizados, apenas lhes sendo garantida a possibilidade de se candidatarem a ofertas de escola, mas sem consideração do seu tempo de serviço;
- manutenção da aplicação do índice 151 aos docentes contratados profissionalizados, continuando assim por assegurar a igualdade remuneratória entre aquele índice e o escalão de ingresso na carreira, uma igualdade que vigorou até janeiro de 2007;
- finalmente (mas não menos importante), a não realização, em 2012, de um concurso em todas as suas modalidades, incluindo o concurso interno e externo, e com uma abertura real de vagas que possa compensar o facto de, desde 2006, se terem aposentado mais de 23.000 docentes e entrado nos quadros, em 2009, apenas 396. Lembra-se que a realização deste concurso extraordinário até já esteve prevista para 2011...

Assumindo que se trata de fraca compensação para as sérias divergências acima referidas, o Sindicato dos Professores do Norte e a Fenprof não deixam de reconhecer que há, na proposta do MEC, alguns aspetos positivos. De entre estes, são de destacar:

- a garantia de que as deslocações de docentes que sofram de doenças protegidas ou que necessitem ou tenham a seu cargo quem necessite de tratamento ou apoio específicos serão prévias ao concurso e prioritárias, tendo, no entanto, a Fenprof exigido conhecer também o projeto de diploma em causa;
- a assunção de regras claras quanto à determinação dos docentes que ficam sem componente letiva distribuída, baseada na vontade dos docentes

vwvem se apresentarem a concurso e na respetiva graduação profissional;

- a possibilidade, no âmbito da mobilidade interna, da realização anual do concurso até agora designado como destacamento por aproximação à residência Mas o que outros parecem esquecer quando enaltecem as “cedências” do MEC, referindo-se a aspetos que melhoraram entre a 1ª versão e aquela a que deram o seu aval, é que, em vários casos, a solução encontrada, registando alguma evolução, não deixa de ser pior do que a que está ainda em vigor. É o caso, por exemplo, dos intervalos horários no concurso a contratação, das condições de integração da 1ª prioridade, neste caso também para o concurso externo, ou ainda a obrigatoriedade de candidatura a um número mínimo de preferências, designadamente dois códigos de QZP. E mesmo para essas alterações muito contribuíram as propostas da Fenprof

Nota: O texto a que pelo menos seis organizações sindicais deram o seu acordo, bem como o parecer e as propostas da Fenprof podem ser lidos ou descarregados na página do SPN [www.spn.pt]



Ana Alvim

SÍNTESE CRONOLÓGICA

DE UM PROCESSO EM CURSO

25.janeiro: reunião no MEC. Federação Nacional dos Professores (Fenprof) toma conhecimento do calendário e dos princípios que orientarão o processo de revisão do DL 75/2008. Definidos unilateralmente, os prazos fixados – sete dias para os sindicatos enviarem pareceres após a apresentação da proposta e reunião para “uniformizar entendimentos”, inviabilizam a realização de um debate alargado sobre uma matéria de importância crucial para a vida das escolas. Os princípios apresentados – reforço da autonomia das escolas, reestruturação da rede escolar, consolidação e alargamento da rede de escolas com contratos de autonomia, hierarquização no exercício de cargos, integração dos instrumentos de gestão, consolidação de uma cultura de avaliação e reforço da abertura à comunidade – apontam para a manutenção e aprofundamento de lógicas empresariais. Apesar disso, o secretário de Estado do Ensino e Administração Escolar, João Casanova de Almeida, declara-se empenhado em introduzir alterações que reforcem o primado do pedagógico na direção, administração e gestão das escolas.

10.fevereiro: MEC divulga propostas de alteração ao DL 75/2008. Altera aspetos pontuais do diploma (alguns visando apenas melhorar a redação e/ou clarificar procedimentos), mas, como era previsível, mantém a filosofia e a estrutura de governação que o DL 75/2008 estabelece. Ressalta a importância dada à reorganização da rede de escolas públicas, o que leva a inferir que a urgência desta iniciativa legislativa está sobredeterminada por razões orçamentais e prende-se, em primeiro lugar, com a necessidade de enquadrar juridicamente o processo de criação de mega-agrupamentos em larga escala, que o MEC pretende ter concluído em final de 2013. Do conjunto das alterações, ressaltam ainda as relativas às estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica – possibilidade de as escolas virem a definir o número de departamentos curriculares e de os coordenadores destas estruturas serem eleitos a partir de uma lista de três nomes propostos pelo diretor – e ao recrutamento do diretor – primazia ao requisito de habilitação específica sobre o da experiência no exercício de cargos.

15.fevereiro: Fenprof realiza debate nacional sobre as propostas do MEC (Que lugar para a democracia?), que tem como conferencista principal Licínio Lima. O investigador da Universidade do Minho faz uma análise crítica do projeto do MEC, à luz do DL 75/2008 e da nova Lei Orgânica do MEC, deixando vários alertas: a recentralização do poder está na ordem do dia; as escolas não vão beneficiar, em termos de autonomia, com a anunciada extinção das direções regionais de educação; os mega-agrupamentos são os braços do poder centralizado; os diretores não serão o rosto de cada escola, mas sim o do MEC junto dos agrupamentos; avizinha-se um período de grande instabilidade nas escolas; há uma diminuição da oferta educativa precisamente no momento em que se regista a expansão da escolaridade; “agora fala-se de uma rede nacional, já não é rede pública”.



Henrique Borges

17.fevereiro: Fenprof envia e torna público o parecer relativo às propostas do MEC, reafirmando a sua oposição a um regime de cariz gerencialista, que assenta numa cadeia de comando fortemente hierarquizada, com um líder unipessoal a concentrar poderes de decisão que devem pertencer a outros órgãos e atores escolares, nomeadamente ao Conselho Pedagógico – órgão desvalorizado, praticamente sem competências deliberativas, e remetido para um papel essencialmente consultivo do diretor. Entre outros aspetos, a Federação contesta fortemente a criação de mega-agrupamentos e, sobre as alterações pontuais propostas pelo MEC, manifesta o seu acordo com o princípio de que o número de departamentos curriculares seja definido pelas escolas, mas alerta que esta possibilidade só terá relevância se for igualmente flexibilizado o número de elementos do Conselho Pedagógico. Quanto à lista tríplice de candidatos a coordenador de departamento proposta pelo diretor, a Fenprof discorda, por considerar que manteria a lógica de subordinação dos coordenadores relativamente ao diretor, configurando uma limitação democraticamente inaceitável. Esta solução introduz ainda a perversidade de procurar legitimar, por via de uma “eleição”, as escolhas de diretor. Sobre o processo de recrutamento do diretor, discorda da menorização da experiência no exercício de cargos para efeitos de seriação de candidatos, por considerar que a experiência também qualifica.

29.fevereiro: reunião no MEC, que entrega nova proposta, alegadamente contendo contributos sindicais. A Fenprof manifesta perplexidade e desagrado pelo facto de não ter sido considerada uma única das suas contrapropostas. Recorda-se que, entre outros aspetos, a Federação propusera que o Conselho Pedagógico fosse reestruturado para integrar os coordenadores dos novos departamentos definidos pelas escolas; os coordenadores dos departamentos fossem eleitos pelos docentes, sem estarem condicionados aos três candidatos escolhidos pelo diretor; na eleição dos diretores, a formação em Administração Escolar deixasse de ser requisito preferencial; a reestruturação da rede respeitasse a necessária humanização dos espaços escolares, deixando de obedecer quase só a imperativos de ordem financeira. A Fenprof coloca ainda dúvidas em relação a outros aspetos e, sobretudo, reafirma a necessidade de redefinir competências do Conselho Pedagógico, no sentido de reforçar o seu papel enquanto órgão de direção pedagógica. Nesse contexto, questiona diretamente o secretário de Estado sobre como pretende traduzir no novo ordenamento jurídico a prevalência do pedagógico sobre o administrativo – João Casanova de Almeida volta a manifestar abertura para incorporar contributos sindicais tendentes a esse objetivo, declarando que o MEC vai apresentar nova versão da sua proposta antes da reunião seguinte, agendada para 09.março.

05.março: Fenprof faz chegar ao MEC um novo documento, onde reafirma as questões de fundo do parecer entregue a 17.fevereiro: necessidade de as escolas poderem optar por um órgão de gestão colegial; eleição direta do órgão de gestão por um colégio eleitoral alargado; redefinição das competências e composição do órgão de direção estratégica, atualmente atribuídas ao Conselho Geral, entre outras. A Federação apresenta propostas concretas visando o reforço das competências e a autonomia de funcionamento do Conselho Pedagógico. Essas propostas prendem-se com a consagração de competências deliberativas, nomeadamente ao nível da definição das estruturas pedagógicas intermédias – tornando o seu funcionamento mais eficaz e menos burocrático, reforçando a coordenação pedagógica e a articulação curricular e adequando-o à realidade de cada comunidade educativa – e da organização dos espaços, tempos, agrupamentos de alunos e apoios educativos. As propostas visam ainda reforçar a democraticidade do Conselho, recuperando os processos eleitorais que o DL 75/2008 eliminou: eleição dos membros docentes e do presidente, acabando com a relação de dependência do CP em relação ao diretor.

Aqui chegados, fica o apelo a um maior envolvimento dos professores neste debate e a uma participação mais ativa na denúncia dos efeitos perversos do atual modelo, assim como na exigência da sua alteração.

As escolas não podem ser vistas como empresas onde o chefe manda e os subordinados obedecem de forma acrítica. Como organizações educativas, têm de ser espaços de exercício de direitos essenciais, como os de eleição e de participação; têm de ser espaços onde possam confrontar-se, de forma positiva e saudavelmente democrática, sensibilidades e pontos de vista diversos sobre a vida da escola e os seus projetos. Têm de ser espaços de liberdade – de pensamento e de ação!

Os documentos referidos podem ser acedidos em www.spn.pt



Henrique Borges

SPN REUNIU COM REITOR DA UTAD

Tendo em mente as dificuldades que os cortes orçamentais estão a provocar nas instituições e algumas informações transmitidas pelos associados, o Sindicato dos Professores do Norte solicitou uma audiência ao reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que ocorreu no dia 27 de fevereiro.

As questões principais em discussão foram: contratação dos assistentes que em 2012 concluíram (ou vão concluir) o doutoramento como professores auxiliares; condições de prestação de serviço docente; licenças sabáticas; concursos para professor associado e catedrático; avaliação dos docentes; situação do Polo de Chaves. Da reunião e assuntos discutidos, é nosso entendimento que a situação financeira da UTAD – à semelhança do que se passa com a generalidade das instituições de Ensino Superior, é muito difícil, tendo a Reitoria de gerir um orçamento cada vez mais reduzido num contexto de aumento de numerosos custos de funcionamento. Apesar de a situação dos assistentes que concluíram o doutoramento em 2011 estar regularizada, ao terem sido contratados como professores auxiliares, e devidamente reposicionados, o mesmo não deverá acontecer este ano, por haver entendimento de que a Lei do Orçamento assim o impede – facto que merece a mais viva discordância do SPN.

O mesmo acontece em relação às condições da prestação de serviço docente, nomeadamente no que se prende com o desrespeito dos limites horários de aulas fixados na Lei, apesar de parecer existir disponibilidade para formalizar mecanismos de compensação nos anos letivos seguintes, conforme o estabelecido na Lei. De igual modo, a atribuição de licenças sabáticas, sujeitas desde há vários anos a grandes restrições, com os consequentes atrasos no cumprimento deste direito por parte dos colegas que reúnem as condições para delas usufruir, mereceu também a nossa crítica.

Já em relação aos concursos abertos para professor associado e catedrático, demos expressão às inúmeras mensagens de descontentamento que muitos colegas nos fizeram chegar, sobretudo por a decisão ter sido tomada sem a adequada participação das escolas da UTAD.

A regulamentação da avaliação do desempenho dos docentes na UTAD está já na fase final, tendo o SPN informado que acompanha o processo de muito perto e com cuidada atenção, uma vez que o mesmo é potencialmente gerador de enormes disfunções, perturbações e conflitos entre as partes envolvidas.

A situação de indefinição em que vive o Polo de Chaves é vista com a maior inquietação, sobretudo porque em causa estão também numerosos postos de trabalho. Não parecendo viável a abertura de novos cursos, estando os docentes a suportar parte dos custos com as deslocações a Chaves para serviço docente, sendo a avaliação dos cursos que nele funcionam também uma ameaça, fomos confrontados, enfim, com uma situação de desinvestimento que, a prazo, conduzirá ao seu encerramento.

Comprova-se assim que, também na UTAD, os cortes orçamentais impostos às instituições do Ensino Superior estão a ter reflexos no desenvolvimento das instituições, na qualidade da oferta formativa, na investigação e no desenvolvimento, bem como na prestação de serviços à comunidade. A prazo, o subfinanciamento poderá traduzir-se na “especialização” da UTAD na formação em 1º Ciclo.

O Estatuto das Carreiras Docentes Universitárias está a ser marginalizado e os docentes estão a ser atropelados nos seus direitos e na sua dignidade. Mais ainda, estes cortes podem pôr em causa a formação adequada das próximas gerações, que serão o pilar fundamental para o desenvolvimento do país.

O SPN está vivamente contra estas políticas que põem em causa o Ensino Superior público de qualidade e o futuro dos jovens e do país.



Rob Alvim

Também na UTAD, os cortes orçamentais estão a ter reflexos no desenvolvimento das instituições, na qualidade da oferta formativa, na investigação e no desenvolvimento, bem como na prestação de serviços à comunidade.



Henrique Borges

SPN/Porto intensifica ação sindical

Desde a última alteração estatutária, em 2009, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) passou a estar organizado em direções distritais. A do Porto é a maior: abrange as anteriores áreas sindicais de Amarante, Penafiel, Porto e Póvoa de Varzim e os concelhos da Trofa e de Santo Tirso (da anterior área sindical de Famalicão) e compreende sensivelmente metade dos associados.

A Direção Distrital do SPN/Porto funciona com uma coordenadora e um secretariado. Constituído pelos coordenadores das delegações das anteriores áreas sindicais, esta estrutura reúne uma vez por mês, rotativamente nas várias delegações, sendo que, na delegação

onde se realiza, todos os dirigentes com disponibilidade são convidados a participar, discutindo questões político-sindicais, planificando, avaliando e reformulando (sempre que necessário) o trabalho sindical, numa perspetiva solidária, construtiva, de melhoria e reforço da ação do SPN.

Devido à dimensão e diversidade territorial/escolar do SPN/Porto (cerca de 1.100 escolas básicas do 1º Ciclo e jardins de infância, 120 agrupamentos, 50 escolas secundárias e várias profissionais e artísticas) e aos reduzidos recursos humanos com crédito de horas para a atividade sindical, a planificação do trabalho é feita globalmente, mas adequada às realidades de cada delegação, respeitando as suas especificidades e dinâmicas de organização e atuação.

São muitas e diversas as iniciativas que a Distrital do Porto tem promovido – procurando atender e dar visibilidade aos problemas dos educadores e professores e das escolas – e em que tem participado, seja a nível do próprio SPN e da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) ou, numa perspetiva mais ampla, da União de Sindicatos do Porto, da Frente Comum (de Sindicatos da Administração Pública) e da Confederação Geral dos Trabalhadores

Portugueses (CGTP-Intersindical Nacional): reuniões, plenários, concentrações, manifestações, vigílias...

Na sua diversidade, todas as ações têm como objetivos comuns informar, alertar e sensibilizar os educadores/professores, combatendo a resignação e mobilizando para as lutas que em cada momento específico pensamos ser necessário desenvolver para travar os sistemáticos ataques à profissão e os recuos nos direitos laborais e sociais. Infelizmente, não temos sentido dos docentes uma resposta com o vigor necessário para dar força e visibilidade aos combates necessários.

Contudo, o SPN – e a Direção Distrital do Porto – não vai esmorecer nem baixar os braços. A gravidade da atual situação não o permite.

SPN na Escola

Dependendo das circunstâncias, o SPN continuará a proporcionar as condições e os meios possíveis e necessários para uma ação eficaz que congregue o maior número de sócios, e de professores em geral. É este o espírito que, pensamos, deve animar o sindicato.

Assim, e neste contexto de crise, a Direção Distrital do Porto reafirma o compromisso com um sindicalismo solidário, vivo, reivindicativo, determinado, e simultaneamente realista. E, no âmbito das comemorações do 30º aniversário do SPN, não deixará de promover e/ou colaborar num conjunto de iniciativas que reinventem a ação sindical (das estritamente sindicais às de índole mais cultural), que relevem a importância do sindicato e o afirmem como espaço privilegiado de informação e de ação organizada.

Num tempo de acentuadas perdas socioprofissionais, que só a resistência organizada pode travar, os dirigentes do SPN/Porto pretendem contribuir para um sindicalismo capaz de fazer frente aos novos e importantes desafios que se colocam ao movimento sindical, numa atitude atenta, esclarecedora, combativa, propositiva e de proximidade aos sócios, aos professores em geral e às escolas. Nesta perspetiva, além das visitas às escolas e das reuniões que continuaremos a realizar, vamos promover a iniciativa SPN na Escola, com a permanência de dirigentes nas escolas durante um determinado período de tempo, para ouvir os educadores/professores, conhecer e perceber as suas motivações e mantê-los informados e esclarecidos.

Acreditamos que só unidos num espaço organizado e solidário como o SPN será possível construir a força indispensável para responder e resistir aos fortes ataques de que estamos a ser alvo. Se é verdade que o futuro não depende apenas dos sindicatos, é igualmente certo que só com os sindicatos e o reforço do movimento sindical é possível construir a força necessária para aspirar e lutar por uma vida profissional melhor e por uma sociedade mais justa, solidária e democrática.

A concretização da descentralização da educação é um objetivo que tem sido perseguido por diversos governos e tem vindo a ter um lugar central nos discursos político e normativo. Em 2003, com o Decreto-Lei nº 7/2003, o governo de Durão Barroso deu um passo decisivo para o estabelecimento de um quadro de transferências de atribuições e competências para as autarquias efetuado na criação dos conselhos municipais de educação (CME). Ao CME – instância de coordenação e consulta que tem por objetivo promover a coordenação da política educativa a nível municipal – foram atribuídas inúmeras competências de deliberação, das quais se destacam, para esta análise, a apreciação dos projetos educativos a desenvolver no município e o acompanhamento do processo de elaboração e atualização da Carta Educativa.

No âmbito das suas atribuições, o CME de Gondomar (CMEG) tem vindo, desde 2003, a propor diversas ações que considerou adequadas em cada momento. A elaboração do Projeto Educativo Municipal (PEM), previsto na Carta Educativa do Conselho de Gondomar de 2007, foi atribuída a um grupo de trabalho constituído para o efeito e a versão do documento para discussão pública foi aprovada pela Câmara Municipal em dezembro do ano passado. O período de discussão pública decorreu em janeiro, e a autarquia convidou a comunidade a participar num dia (13) de conferências centradas na apresentação do PEM e na reflexão sobre temas do campo educativo.

O PEM de Gondomar faz um retrato da realidade educativa e formativa do conselho e pretende “manter um rumo político de intervenção que sirva de referência e pelo qual se pautem o desenvolvimento das instituições educativas e formativas do município com vista à sua integração num projeto comum”.

Assume-se como um documento unificador e promotor da ação educativa e formativa do município, que se projeta para uma ação onde as pessoas e as instituições se revejam. Enquanto projeto, norteia-se, entre outros, por processos de participação, de diálogo, de implicação, de monitorização e de sustentabilidade, apostando numa cultura de colaboração e participação alargada e mobilizadora. No documento, são apresentadas as linhas orientadoras e diversos objetivos específicos e estratégias, que resultaram em grande parte da unificação dos projetos das diversas instituições educativas do concelho. Este documento vai mais além e propõe novos projetos, dos quais se destaca o CORE (Compromisso de Renovação da Educação), que visa a promoção de mais sucesso escolar dos alunos do concelho e apresenta metas quantitativas para 2015, tendo como referência as metas nacionais. No final, convida as instituições a participarem na elaboração do plano de atividades do PEM, que tem por base as atividades de cada uma. Propõe-se ainda a criação de um observatório do desenvolvimento do PEM que promova a regulação dos processos. Se no campo do discurso escrito se poderia considerar um documento estratégico, construído de uma forma participada, em que as diversas instituições foram “ouvidas” e se projeta uma ação coordenada e sustentada em princípios que são os que suportam os diversos projetos educativos, importa refletir sobre o seu lugar na estrutura organizacional da educação. Numa lógica de crescente descentralização da educação, caberá ao município o estabelecimento de resultados esperados? E será a esse nível que será feita a prestação de contas? Lugar estranho, este, num momento em que se discute o alargamento dos contratos de autonomia e se centra o modelo de gestão num órgão unipessoal. Num tempo de transformação rápida dos lugares e dos modos de exercer o poder, estará a governação da educação mais próxima dos municípios?

governança da educação



Henrique Borges

Anabela Sousa
SPN/Porto

Indisciplina e violência na escola

A indisciplina é um fenómeno recorrente nas nossas escolas e tem-se agravado nos últimos anos. Pode caracterizar-se como um conjunto de comportamentos que põem em causa o trabalho (ensino-aprendizagem), o convívio e o respeito por um sistema de valores e padrões culturais que se considera deverem presidir às relações entre pessoas no quadro institucional da escola.

Os motivos da indisciplina podem ser muito variados. Podemos ter, por um lado, a contestação do aluno às regras e aos princípios estabelecidos pela escola, pelos professores ou pela comunidade (regulamento interno); por outro lado, esses motivos podem ser extrínsecos à escola (problemas familiares e/ou sociais). Podem ser consideradas aqui as questões da educação familiar, da imaturidade do aluno e até o facto de a indisciplina poder surgir como alternativa ao insucesso escolar, procurando deste modo uma compensação e uma valorização da sua relação com os outros.

Na maioria das escolas, as principais queixas dos professores relativamente à indisciplina tocam aspetos tão diversos como o mau comportamento, a falta de educação, o tumulto, o desrespeito pelas figuras de autoridade da escola e pelo património. Alguns professores também apontam a indisciplina como fator de insucesso e como consequência da não imposição de limites por parte da família. Assim, e na opinião de muitos, o professor fica

desgastado e a indisciplina torna-se um “obstáculo” ao trabalho pedagógico.

Considero, portanto, que a indisciplina é um fenómeno que não pode ser visto de forma simplista. A sua complexidade espelha-se nas formas diferenciadas de que se reveste e, desde os incidentes que causam perturbação do bom funcionamento da aula aos conflitos interpares e na relação professor-aluno, muitos destes incidentes revestem-se de agressividade e violência, frequentemente com contornos de gravidade delinquente e até criminosa.

Num plano mais prático, sempre que há um incidente violento envolvendo algum elemento da comunidade escolar, há um recrudescer de preocupação pelo agravamento dos problemas de indisciplina e de violência nas escolas.

SPN atento às situações

Embora este tipo de incidentes não deva ser desvalorizado, de modo a não acentuar o clima de insegurança que atinge os educadores/professores, também é desejável que não seja criado um clima de alarmismo excessivo. A este propósito, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) tem vindo a tornar público o seu apoio aos professores vítimas de agressões e, ao mesmo tempo, a apelar à tutela para que institua mecanismos que possam minorar este fenómeno.

O governo de Sócrates pretendeu configurar o crime de violência escolar e a proposta chegou mesmo a ser aprovada na generalidade na Assembleia da República. O seu tempo de validade expirou, mas, entretanto, o CDS-PP já deu sinais de querer recuperar o diploma, ligando-o ao novo Estatuto do Aluno.

Concordando com os estudos que apontam as condições socioeconómicas como detonadores

deste tipo de comportamentos por parte dos alunos, o que devemos esperar no contexto em que vivemos? O desesperante aumento do desemprego está a contribuir para a desestruturação das famílias; os números da emigração aumentam e várias famílias têm um dos progenitores ausente por esse motivo.

No meio desta lamentável situação provocada por políticas cada vez menos preocupadas com as pessoas, muitas escolas da área da Direção Distrital do SPN/Porto têm vindo a implementar gabinetes de apoio ao aluno, onde, com a intervenção de psicólogos, se tenta uma articulação que permita compreender as origens dos comportamentos de indisciplina e minorar o seu impacto no sucesso dos alunos. Seria altura de investir nas equipas multidisciplinares há tanto tempo reclamadas pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof). Infelizmente, no entanto, a atuação desta equipa governativa não aponta nessa direção.

Perante a contínua desvalorização do estatuto dos professores e a sua funcionalização, é nosso dever continuar a reclamar uma resposta integrada a estes problemas. Na educação, como em outras áreas, não é possível fazer mais com menos, como tanto gostam de tentar inculcar aqueles que nos governam.

Susana Moura Nunes
SPN/Penafiel



Ana Alvim

A atualidade política tem assumido uma nova série de compromissos que têm estabelecido uma influência crescente na educação e em matérias de cariz social.

Os atuais poderes dominantes, multifacetados e corporizados por diversas organizações transnacionais, procuram concretizar objetivos globais através da criação de condições educativas que promovam a competitividade, numa lógica de globalização livre, mas desigual.

As tecnologias políticas utilizadas neste processo têm como objetivo fundamental o lucro, através de uma *economia de casino*. A nível comportamental e disciplinar, procura-se fomentar a docilidade e a passividade como qualidades requeridas. A esta coleção de interesses, pode ainda acrescentar-se o individualismo ideológico portador de técnicas de contabilidade, de avaliação, de performatividade encastrada numa autoridade gestonária omnipresente e omnipotente. Toda esta transmutação política procura

arrastar consigo um regresso a um passado nostálgico e romantizado do Lar, da Família e da Escola dos *saberes essenciais*.

Foi neste contexto sociopolítico que nos foi apresentada a *Revisão da Estrutura Curricular* do XIX Governo Constitucional, e, portanto, o *currículo* como construção histórico-cultural não fica imune às mudanças

Reforma curricular, agora, porquê?

José Augusto Cardoso
SPN/Amarante

em marcha. Assumindo que o currículo é mais do que a apresentação seletiva do conhecimento e do que um plano tecnológico altamente estruturado, que não se esgota nos conteúdos a ensinar e a aprender (isto é, na dimensão do saber), mas se amplia às dimensões do ser, do formar-se, do transformar-se, do decidir, do intervir e do viver e conviver com os outros, a revisão apresentada deve permitir uma discussão aprofundada e alargada no tempo com aqueles a quem cabe o desafio profissional quotidiano de “fazedores do currículo” em contextos onde impera a diversidade sociocultural – os professores.

Partindo, ainda, do pressuposto de que o currículo é um projeto antropológico de crenças, valores, atitudes e saberes que configuram um sistema, uma estrutura que procura alicerçar a aprendizagem, concebê-lo desenraizado deste quadro conceptual de intervenção é esquecer que ele faz parte de um todo cultural e que as suas responsabilidades não são apenas educativas, mas também sociais.

A proposta de revisão curricular refere que “esta revisão tem [...] como um dos seus princípios” a redução do controlo central do sistema educativo, apostando na autonomia gradual das escolas, “no profissionalismo e na liberdade dos professores relativamente aos métodos de ensino”.

À primeira vista, o princípio enunciado parece assentar numa Escola onde os professores são entendidos como profissionais ativos que pensam o currículo em função dos contextos em que exercem as suas funções. Contudo, se tentarmos desconstruí-lo, parece poder afirmar-se que sobressaem, de forma sublimada, duas ideias fundamentais: a primeira prende-se com a liberdade dos professores no desenho do currículo, a qual se esgota perante a prescrição dos exames nacionais e a pressão dos resultados académicos e dos *rankings*; a segunda, e intrinsecamente ligada à primeira, apresenta os métodos de ensino como a centralidade da ação profissional dos professores, ou seja, é na técnica do processo de ensino que reside a resposta à pressão dos resultados, sendo-lhes imputada a total responsabilidade pelo sucesso dos alunos, como se os contextos socioculturais nada significuem na vida de todos os intervenientes no processo de ensino e de aprendizagem. Por outro lado, se esta não for a realidade proposta, de que serviria acabar com a gestão flexível do currículo? Parece ficar patente que este não é o tempo orientado para as solidariedades, da formação de indivíduos co-operativos e solidários. Vive-se o tempo do carácter competitivo, individualista, alienado e consumista. Neste contexto, como se pode apelar a uma profissionalidade crítica em processos onde a autonomia e os corredores de liberdade individual são cada vez mais *filhos enjeitados* nas escolas?

Reforma curricular. Agora? Porquê? Porque a exigência de funcionamento da sociedade económico-financeira, dita capitalista, assim o exige. Exige-se uma nova moral. A construção da moral do homem de negócios, do empreendedor, do competidor individualista, necessária à nova lógica dos mercados económicos. As pressões sobre o sistema educativo para a formação deste indivíduo tornam-se intensas, levando ao ressurgimento da aplicação do currículo prescrito e ao estabelecimento de um novo modo de organizar a Escola e o trabalho escolar. Em suma, neste projeto de revisão curricular para os ensinos Básico e Secundário vislumbram-se novas formas de recentralização curricular. E neste pressuposto, poder-se-á afirmar que estamos no dealbar de um processo em que, na externalidade do sistema educativo, o político-educador prescreve e conceptualiza a mudança a impor.

Da sustentável leveza do ser ao fim da **EVT**

Foi com natural leveza que recebi a notícia do fim anunciado da disciplina de Educação Visual e Tecnológica do 2º Ciclo do Ensino Básico. Com a mesma natural leveza ouvi a anunciada intenção de combater a dispersão curricular. E foi ainda com a mesma natural leveza que soube da intenção anunciada de criar três novas disciplinas: Educação Visual, Educação Tecnológica e Tecnologias da Informação e Comunicação.

Leve e curta foi a intenção de reforçar o ensino do método, a metodologia de projeto: leve e curta a vida do reforço dos saberes integrados, ministrados em Área de Projeto, recentemente criada e extinta.

Apague-se, aspire-se a cola dos saberes, safem-se sinapses, ligações, o engenho e a arte, o importante é a forma, as formas dispersas, entenda-se. Memorizem-se conteúdos nas disciplinas, barquinhos da vontade num mar imenso à deriva. Memorize-se o que é a metodologia de projeto, estudem-se quem foram os pioneiros do design moderno, memorizem-se até as datas de nascimento...

Concentremo-nos agora nos conteúdos, estudemos tudo, enchamos as nossas gavetas de conhecimentos; tornemo-nos cultos. Tão cultos até que a inteligência se revolte e pergunte para onde vamos. Talvez o motim traga o cimento das competências à pergunta, e outra vez com leveza, a urgência do método de resolução de problemas que a EVT ensinava.

Oh, meu país de marinheiros, por quem sois? A navegar errantes, na superfície de águas profundas. Até quando?!

Óscar Possacos
sócio SPN nº 19.103



Ana Alvim



Como referido na edição anterior (dezembro), o Sindicato dos Professores do Norte vai comemorar o 30º aniversário promovendo um conjunto de iniciativas diversas – na forma, no tempo e no espaço. A divulgação das várias iniciativas, que se estenderão até novembro, irá sendo feita num espaço próprio criado no site do SPN (www.spn.pt) e diretamente aos sócios através do correio eletrónico. Destas iniciativas, umas de âmbito regional, outras distritais e/ou locais, destacam-se: uma iniciativa pública, a realizar no 3º período, sobre o sindicato e os seus rostos, com a edição de uma fotobiografia e a realização de uma conferência-debate coorganizada pelo SPN e pela *Página da Educação*, a realizar em novembro, culminando o programa de comemorações.

Sendo 2012 o ano em que se assinala, também, o 20º aniversário

SPN 30

30 anos a construir
e a afirmar **a força**
e a vontade dos
professores do
Norte



Ana Alvim

da PÁGINA, a Profedições – de que o SPN é sócio maioritário – lançou uma nova coleção de livros (Coleção *A Página*), da qual foram já publicados os dois primeiros números: *Reinventar os Sistemas Educativos*, de José Paulo Serralheiro, e *El Árbol de la Democracia*, de Miguel Ángel Santos Guerra.

Serão ainda promovidas outras iniciativas de debate e reflexão, entre as quais um conjunto de conferências/seminários sobre temas educativos, para os quais foi pedida a acreditação ao Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua.

Estão ainda previstas outras iniciativas de âmbito cultural, que se realizarão de forma descentralizada, entre as quais tertúlias sobre temas diversos, momentos musicais, apresentações teatrais, projeções de filmes e exposições – refiram-se, a título de exemplo, uma sobre a escola antes do 25 de abril e outra sobre a discografia de Zeca Afonso, em parceria com a Associação José Afonso. Ainda neste âmbito, destaca-se a realização de concertos pedagógicos tendo como tema *José Afonso, Uma Vontade de Música*.

Por outro lado, cada um dos seis números da SPN-INFORMAÇÃO a editar integrará uma separata (destacável e colecionável) sobre educação e sindicalismo, onde revisitaremos momentos marcantes na história do SPN e do movimento sindical docente em defesa dos direitos socioprofissionais dos professores, mas também da Educação e da Escola Pública.

Ainda no sentido de reforçar o sentimento de pertença ao sindicato, propomo-nos concretizar uma ideia antiga – a criação do Hino do SPN (regulamento do concurso para a letra disponível em www.spn.pt). Finalmente, considerando que o aniversário do sindicato é uma oportunidade para o reforço da sua ligação às escolas e aos professores, está a ser produzido um cartaz de apelo à sindicalização e vamos promover *O Dia do SPN na Escola*, em que equipas de dirigentes vão organizar visitas a escolas, concelho a concelho.



*o movimento sindical docente
dos finais da Monarquia
ao 25 de Abril*

SPN30
Sindicato dos Professores do Norte
30º aniversário

Esta separata é a primeira de seis que integrarão as seis edições da SPN-INFORMAÇÃO em 2012.

A sua publicação enquadra-se nas iniciativas comemorativas dos 30 anos do Sindicato dos Professores do Norte e pretende constituir uma oportunidade de reflexão sobre as questões da Educação, tendo como pano de fundo o importante papel dos professores e dos seus sindicatos em diferentes épocas. Numa abordagem histórica, necessariamente sintética, lembraremos momentos marcantes da história da educação e da profissão docente no nosso país.

Neste primeiro número, revisitamos a história do associativismo docente, dos finais da Monarquia até abril de 1974. Este enquadramento histórico não pode ser visto numa lógica passadista, como um olhar sobre uma realidade que ficou lá atrás. Ao contrário, ele vale sobretudo pela reflexão que suscita sobre os tempos atuais. Desde logo, pela atualidade e pertinência de muitos dos debates então travados. É impressionante a similitude entre os problemas identificados, os princípios defendidos, as propostas apresentadas... hoje e há 100 anos atrás!

Esse facto justifica o maior desenvolvimento dado no texto à Primeira República. Efetivamente, questões como o desemprego entre os professores, os vencimentos, os concursos, os horários de trabalho, a constituição de turmas, as condições de aposentação, a gestão democrática das escolas, a exigência de participação na definição das políticas educativas, as lutas sectoriais, a relação com o movimento operário, a pulverização de organizações associativo-sindical, entre outras, continuam a ser retratos e desafios que se colocam hoje ao movimento sindical docente. Uma outra ideia convergente, e que ressalta claramente deste enquadramento histórico, é a de que a intervenção e luta dos professores, no passado como no presente, tende a associar os interesses socio-profissionais com preocupações pela qualidade da instrução e da educação. Os professores organizaram-se, ao longo dos tempos, ora em associações profissionais, ora em sindicatos, e independentemente dos nomes (associação ou sindicato), as reivindicações das diversas estruturas organizativas dos professores, como facilmente se constata, são praticamente as mesmas.

Depois do 25 de Abril, os sindicatos afirmaram-se como as estruturas privilegiadas de intervenção e reivindicação dos professores. Herdeiros das várias associações de professores que existiram em Portugal até 1974, os sindicatos assumem, assim, uma dupla característica: por um lado, são organizações reivindicativas de direitos laborais; por outro, são proponentes de ideários, de valores e de projetos educacionais e profissionais. E esta é uma das razões que retira espaço e sentido à ideia de criação de uma ordem dos professores.

Para o enquadramento histórico sobre o associativismo docente, havendo muitos historiadores e investigadores com obra publicada e mais ou menos recente, a que poderíamos ter recorrido, escolhemos como referência principal *O Movimento Sindical dos Professores – Finais da Monarquia e I República*, de José Gomes Bento. Por duas razões: porque, na sua obra, faz uma abordagem específica ao movimento associativo-sindical e, sobretudo, por se tratar de um pedagogo de referência, que o SPN se orgulha de ter como sócio fundador. Esta é, também, uma forma de, na evocação dos 30 anos de vida do nosso sindicato, lhe prestarmos uma justa homenagem.

Direção do SPN

Século da instrução, como lhe chamam alguns autores, é no século XIX que encontramos o embrião do muito que, hoje, se discute no campo da educação. Este foi o século que marcou o início da modernidade, que assenta na ideia de que é no êxito da instrução que reside o futuro de uma sociedade nova.

Em Portugal, nos finais de oitocentos, dos muitos problemas educativos existentes, sobressaía o estado da instrução primária. Como refere Gomes Bento, “os investigadores do fenómeno do analfabetismo são unânimes em declará-lo como situação escandalosa e em responsabilizar os governos. Falta de escolas, escolas acanhadas e mal construídas, falta de mobiliário e utensílios escolares, deficiências de remuneração, preparação e dedicação do professor primário, entraves da burocracia centralizadora do ensino, entraves à iniciativa particular, um mar de causas por onde se infinitiza o problema”.

Dado o atraso da instrução primária portuguesa, a grande sensibilidade da época para os problemas da educação popular e a existência de alguns milhares de professores, não admira que o movimento dos professores do ensino primário tenha sido o primeiro a organizar-se. Nesses tempos, depois da proibição das conferências pedagógicas, que marcaram o debate nas décadas de 70 e 80, os professores primários encontraram na realização dos *Congressos* a principal forma de denúncia dos mais variados problemas profissionais e educativos. Só na década de 90, realizaram-se três congressos dos professores do ensino primário: um em 1892 e dois em 1897. O espírito que animava os delegados aos congressos era de que esta nova forma de reunião de professores não deveria ser “apenas uma assembleia de inteligências, mas (...) uma espécie de comité de redacção de leis, sob um ponto de vista largamente liberal e descentralizador”. Nestes congressos, para além das questões socioprofissionais, os professores tinham uma forte preocupação pedagógica, espelhada, por exemplo, nas conclusões do II Congresso, realizado em Lisboa, que, sob forma de *representação* dirigida ao governo, depois de focar os problemas profissionais como o dos vencimentos, pagamento das rendas de casa, estado dos edifícios escolares, exigência de casas para professores, diuturnidades e concursos, enuncia uma série de princípios coerentes com uma linha de *humanismo liberal pedagógico* em que, entre outras questões, se defende a existência de um programa para as escolas primárias.

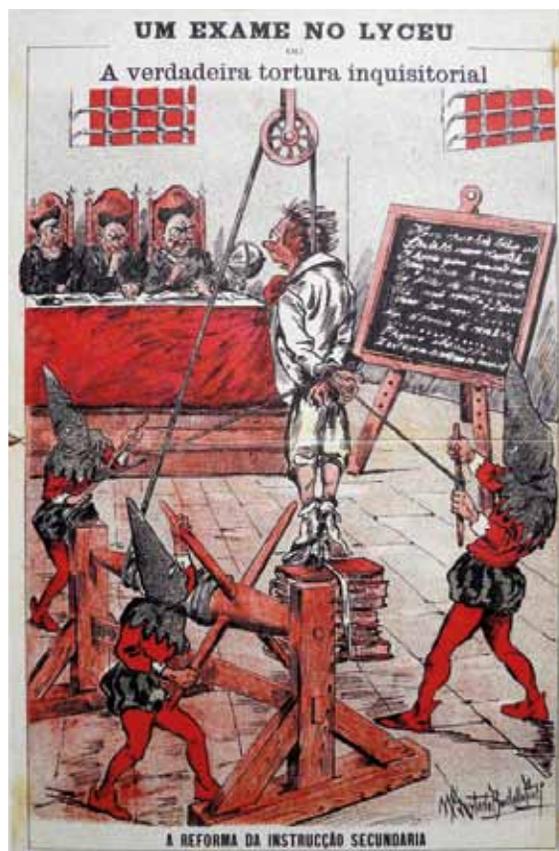
No entanto, apesar da denúncia junto da opinião pública dos problemas educativos, os congressos não eram suficientes. Sentia-se que os professores necessitavam de uma estrutura de defesa profissional e reivindicativa que funcionasse, simultaneamente, como instrumento de solidariedade entre os professores e de luta pelos seus direitos. Embora alguns autores refiram movimentações associativas de professores em momentos anteriores, Gomes Bento refere apenas a existência da associação e



Dos finais da Monarquia à Primeira República

professores primários de Lisboa, considerando que as bases da primeira fórmula do movimento organizado dos professores primários de todo o país foram lançadas em 1897, em Coimbra, com a criação da *Associação de Socorros Mútuos do Professorado Primário Português*, a que se seguiu, em 1904, a primeira associação do ensino secundário — *Associação do Magistério Secundário Oficial*. Esta associação encarrega um grupo de professores de entregar ao ministro do Reino, uma exposição contendo as várias reclamações da classe, na qual os petiçãoários começam por insistir no princípio geral de que compete aos próprios executores dos planos de ensino (os professores) o direito de colaborar na sua organização “como elemento imprescindível para garantir a exequibilidade das leis e regulamentos respectivos”, pelo que, para Bento, esta é uma associação que se encontra na vanguarda do movimento intelectual de reflexão e intervenção nas questões de ensino deste período histórico.

Por sua vez, por esta altura, a *Liga Nacional do Professorado Primário Português*, herdeira da anterior associação de socorros, abandona definitivamente a natureza mutualista, para iniciar um caminho que em breve levaria os professores a um sindicalismo de classe, numa processo que viria a revelar-se pouco pacífico.



Em maio de 1923, são anunciadas as bases do que virá a constituir a tentativa de reforma da instrução mais ousada e progressista da República: a reforma de João Camoesas. O congresso de Leiria, em 1923, contou com a presença do próprio ministro. Mas quando se reuniu de novo, em Braga, em agosto de 1924, Camoesas já não era ministro e a sua reforma não tinha sequer sido discutida no Parlamento.



Não é possível fazer um esboço da história do movimento associativo dos professores sem uma referência à Sociedade de Estudos Pedagógicos, fundada em 1910, uma vez que “ela constitui o ponto de confluência de todos os grandes debates pedagógicos durante o período da Primeira República, a matriz de todos os projectos generosos de renovação da escola portuguesa, o ouvido atento a todas as experiências audaciosas, o local de encontro dos maiores espíritos republicanos interessados nos problemas do ensino”, e onde pontificavam nomes como Adolfo Lima, Mário Vasconcelos e Sá, Faria de Vasconcelos, António Sérgio, Delfim Santos ou João de Barros, apenas para citar alguns, que, na opinião de Gomes Bento, foram “as personagens da maior e mais profunda agitação de ideias que jamais houve na história da educação em Portugal”. Digno de destaque é o facto de ter reunido no seu seio professores primários, liceais e universitários, coisa rara na época, facilitando um amplo confronto das realidades dos diferentes níveis de ensino e a busca de unidade entre os sucessivos graus da instrução pública. Pelos inúmeros debates realizados, pela renovação nas ideias pedagógicas que trouxe, a Sociedade ocupa um lugar único no movimento associativo do ensino em geral.

No entanto, a existência desta sociedade em nada obstaculizava a defesa sectorial dos interesses dos professores. A República trouxera ao movimento associativo dos professores primários uma nova orientação, traduzida, logo em 1911, na criação, no Porto, do Sindicato dos Professores Primários de Portugal, que com um ano de existência congregava mais de 1000 associados (num total de 6000). Da análise dos seus objetivos, conclui-se

A Primeira República, 1910-1926



que além do plano da defesa dos interesses socioprofissionais, existe uma preocupação de travar a luta na frente pedagógica. É por iniciativa do sindicato que, em 1914, se organiza o primeiro congresso pedagógico depois da implantação da República, justificado pelo propósito de o Governo querer, em breve, apresentar ao Parlamento uma nova proposta de reforma.

Não se julgue, porém, que a formação desta estrutura foi isenta de convulsões. Os setores conservadores dos professores primários imediatamente desenvolvem uma campanha contra o sindicato. Recusam-se a dissolver a Liga Nacional e, com o apoio do jornal pedagógico Educação Nacional, colocaram a argumentação ao nível político-religioso, atacando o sindicato porque “são associações hostis ao catolicismo e o seu fim é defender e espalhar o chamado ensino laico”!

Relativamente aos professores liceais, dá-se uma reorganização da sua associação de classe. A agora designada Associação do Magistério Oficial dos Liceus e Escolas Industriais “abria-se democraticamente a todos os profissionais do ensino”. Estatutariamente, são admitidos como sócios, para além dos professores efetivos dos liceus, os provisórios e os efetivos das escolas do Ensino Profissional e Técnico. Também aqui, na formação da associação, manifestaram-se várias tendências divisionistas que acusavam de elitismo o grupo dos efetivos dos liceus. A direção da associação, no entanto, desdobra-se em tomadas de posição contrárias às medidas que atentavam contra a autonomia dos professores, destacando-se a tentativa de retirar aos conselhos escolares a faculdade de eleição dos reitores.

As alterações estatutárias de 1914 reeditaram a Associação do Magistério Secundário Oficial, retirando a qualidade

de sócios aos professores das escolas industriais e comerciais e aos professores interinos, adidos, provisórios e supranumerários dos liceus. Curiosamente, a partir deste momento, o movimento dos liceus diminuiu claramente a sua atividade, o que se repercutiu na apatia da direção e dos sócios. Como resposta à ausência de dinamismo da associação, os professores do Porto criam, em 1916, a Associação dos Professores dos Liceus do Norte, que durou pouco mais de um ano, o tempo suficiente para editar oito números do seu órgão informativo, Revista dos Liceus, e teve como fim principal lutar por uma reforma do Ensino Secundário, já que, passados seis anos da implantação da República, ainda não tinha sido promulgada uma reforma completa e profunda deste setor de ensino. Já os professores do Ensino Industrial e Comercial organizam, mais tarde (1919) a sua própria associação – Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais – que, não fazendo distinção nos estatutos entre categorias docentes, se assume como muito menos discriminatória.

Retomando os anos de 1914/15, a par da apatia registada no movimento associativo, o movimento sindical vivia tempos bastante animados, quanto mais não fosse provocados pelas divisões na classe docente, associadas a uma sistemática contestação por parte de setores mais conservadores. Esta realidade coloca, seriamente, em risco a viabilidade do Sindicato dos Professores Primários de Portugal.

Num quadro de progressiva pulverização associativa, o sindicato tenta reorganizar-se, modificando os seus estatutos de molde a que, dentro da máxima autonomia, se promovesse a máxima união entre a classe. É neste



contexto que aparece a Associação Geral dos Professores Primários de Portugal, que procura a unificação de todas as estruturas associativas dos professores primários, incluindo, naturalmente, os conservadores. Numa reunião realizada em Aveiro, é eleita uma comissão para a elaboração dos novos estatutos da futura União. Uma vez reunidos, os professores aproveitam para discutir outras questões, como o problema dos vencimentos; a centralização ou descentralização da administração escolar; os atrasos nos pagamentos e outros problemas nas finanças escolares, da responsabilidade das câmaras municipais. Principalmente por causa desta última situação, muitos setores voltavam-se contra a descentralização que, na altura, era considerada uma das conquistas da República.

É num quadro de crise política e económica, marcado igualmente pela instabilidade social, que a União do Professorado Primário Oficial Português (UPPOP), fundada em 1918, passa a constituir a mais poderosa e avançada organização da história sindical dos professores portugueses. A União editará um jornal semanal, O Professor Primário, que sairá até 1932. Vivía-se, então, um tempo de descrédito na República, no que toca ao campo educativo, e fruto dos atrasos sistemáticos no pagamento dos vencimentos, os professores primários viviam em permanente descontentamento. As grandes esperanças da reforma de 1911 tinham-se esfumado. A taxa de analfabetismo, essa chaga social que os republicanos prometiam eliminar, permanecia à volta dos 75 por cento. Este contexto faz com que os setores mais importantes do professorado primário encontrassem na União Operária Nacional (Central dos Sindicatos Operários), um espaço comum de reivindicação, pelo que não é de admirar que no Congresso Operário,

realizado em 1920, encontremos uma delegação de dirigentes da UPPOP, que apresenta uma tese e uma moção (aprovadas por aclamação) onde o congresso se compromete, primeiro, a “pugnar pela organização racional de um sistema geral de ensino visando o revigoramento da nação, como parcela da humanidade”; segundo, a “cooperar, pela sua alta significação sindical, na efectivação da descentralização do ensino primário sob a forma das Juntas Escolares”; e, terceiro, a apoiar “a UPPOP na sua campanha a favor do levantamento da educação, base da emancipação do homem”. Embora a União não tenha aderido formalmente à confederação, até porque para isso não tinha o voto da classe, estas tomadas de posição geraram imediatamente grande discussão na imprensa pedagógica: a facção republicana moderada acusa a União de estar a arrastar o professorado para movimentos revolucionários; a conservadora apelida os seus dirigentes de bolchevistas.

Corporizando um salto qualitativo no sindicalismo docente até aí praticado, a UPPOP organiza um plano de movimentação e agitação simultânea dos seus núcleos concelhios, para apoiar um conjunto de reivindicações a apresentar ao Governo, que consistia no envio de telegramas ao ministro da Instrução. Essa ação foi bem sucedida, pois os professores conseguiram, pelo menos, o tão desejado aumento de vencimentos. O congresso extraordinário, de 1920, marca decisivamente o novo estilo de luta sindical, quando se faz a defesa intransigente das Juntas Escolares – consideradas pela maioria da classe uma grande conquista democrática – que estavam a ser postas em causa pelo ministro de então, num projeto a ser apresentado ao Parlamento. Citando A Federação Escolar, conta Gomes

Bento que, no meio de grande excitação, os congressistas consideram este novo projeto uma afronta, já que permitiria, novamente, a entrega da gestão das escolas às câmaras – “se [as Juntas Escolares] forem extintas, o professorado só tem um caminho a seguir: fechar as portas da escola. A vontade do professorado vale tanto como a dos ferroviários ou dos membros de qualquer outra classe. Para a greve, grita-se de vários lados”.

E os professores primários acabarão, pela primeira vez na história do seu sindicalismo, por fazer greve, não por causa das Juntas Escolares, que entretanto tinham sido mantidas, mas pelo combate contra a carestia de vida, integrados num movimento grevista de funcionários públicos. E Bento termina esta parte do seu relato citando o *Século*, símbolo da imprensa conservadora, que desenvolve uma forte campanha contra os professores primários, principalmente depois da adesão à greve, em que os termos “anarquistas”, “bando de terroristas revolucionários”, “bolchevistas”, “madraços” e “incompetentes” são atirados numa grande manobra de intimidação.

No entanto a União não se intimida e vê esta convergência com os sindicatos operários ser aprovada, por grande maioria, no congresso seguinte, realizado em 1920. Este congresso esteve para ser proibido pelo ministro, com o argumento de que não lhe tinham pedido autorização, ao que a UPPPOP responde que, ao abrigo da lei das associações e dos seus próprios estatutos, a União tem poder para convocar assembleias de professores, sem ser necessária qualquer petição ao ministério. Este incidente mostra a forma como o Estado começa a encarar o movimento sindical dos professores primários.

A luta dos professores, nestes primeiros anos da década de 20, vai dirigir-se, em vários sentidos: a defesa dos professores sem colocação que, neste período, chegam a atingir 1/3 (3 mil) do total dos professores; a conquista de melhores vencimentos; a reivindicação de um horário de 25 horas semanais, distribuídas por 5 dias da semana; a reposição do dia de quinta-feira como feriado letivo tradicional desde a Monarquia, regalia entretanto retirada. Em maio de 1923, são anunciadas as bases do que virá a constituir a tentativa, frustrada, de reforma da instrução mais ousada e progressista da República: a reforma de João Camoesas. O congresso de Leiria, em 1923, contou com

a presença do próprio ministro. Aí, para além de terem sido aprovadas pelos presentes as bases da reforma, foram também eleitos três professores que, juntamente com o ministro, iriam continuar o trabalho de planeamento concreto da aplicação da reforma. Quando se reuniu de novo o congresso, desta vez em Braga, em agosto de 1924, João Camoesas já não era ministro e a sua reforma não tinha sequer sido discutida no Parlamento. Neste congresso, as clivagens entre o setor republicano progressista e o setor minoritário conservador acentuam-se e expressam-se em posições de recuo ou de defesa face a essa reforma.

Nesta altura, a UPPPOP respirava uma saúde organizativa digna de registo, traduzida, no facto de, em dois anos, se ter verificado uma acentuada subida no número dos seus associados, que passou de 3000 para 7000 (taxa de sindicalização acima dos 75%). A sua força era tal que, depois de, em 1924, o sindicato se ter transformado em União do Professorado Primário do Ensino Geral e Infantil, no VIII Congresso Pedagógico, realizado em Lisboa, em 1926, um delegado chegou a propor “que o Congresso lance as bases de uma União do Professorado de todos os graus de ensino, mantendo-se a característica de secções da especialidade”.

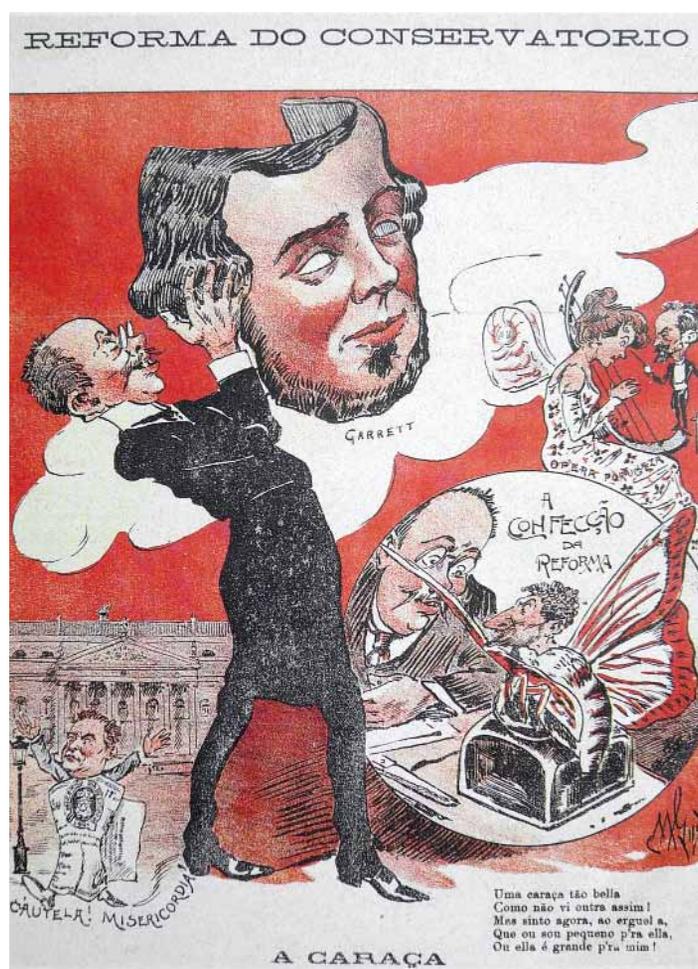
O movimento sindical procurava, assim, adotar o modelo do movimento associativo-pedagógico. Depois da experiência da Sociedade de Estudos Pedagógicos encontramos, no ano de 1924, uma nova associação de professores – Associação dos Professores de Portugal – destinada a abranger todas as categorias docentes e a constituir uma vanguarda na luta ideológica. Não pretendia pôr em causa a União do Professorado ou a Associação do Magistério Secundário, pois o seu campo de ação era essencialmente cultural. Esta associação edita a revista *Escola Nova* e filia-se na Internacional dos Trabalhadores do Ensino. A sua importância não deriva tanto da sua influência no conjunto dos professores, que foi reduzida, mas dos novos delineamentos trazidos ao problema educativo, assim como da afirmação do crescente peso dos conflitos sociais na natureza e fins do ensino em Portugal e no questionamento da integração da escola no sistema político-social. Sobre esta associação, Bento advoga que “de todas as associações docentes portuguesas foi, sem dúvida, a Associação dos Professores de Portugal a que

levou mais longe a consciência da relação entre a escola e a luta política e social”.

Quanto aos professores do ensino liceal, a Associação do Magistério Secundário Oficial, que se manteve sem atividade entre 1917-1925, viu-se confrontada com o ‘aparecimento’ de uma geração de professores educada em plena República e formada nas Escolas Normais, que demonstrava grande apetência pelo debate sobre assuntos educativos e pela informação pedagógica. Este grupo, originário de vários liceus da chamada ‘provincia’, toma a iniciativa da constituição de uma associação de classe, que denominará de Associação de Magistério Liceal, que pretendia, essencialmente, romper com a anémia em que caíra a classe do professorado e afirmar um nível superior de combatividade. Labor era a sua revista de caráter pedagógico que seria ao mesmo tempo órgão informador e defensor da classe. Dos seus estatutos contam aspetos como a realização de congressos anuais; a organização de uma caixa de pensões e subsídios; a nomeação, em cada liceu, de um delegado encarregue de propugnar pela associação. E o objetivo foi atingido, pois a Associação do Magistério Secundário Oficial retomou a iniciativa, reorganizando-se, agora, sob forma federada – Federação das Associações dos Professores dos Liceus Portugueses. Perante tal facto, os promotores da associação recém-criada entenderam renunciar ao seu projeto, “atendendo à necessidade que há em manter unida, através de tudo, a classe dos professores dos liceus”.

Passados uns dias, Portugal está sob o governo da ditadura saído do golpe militar de 28 de maio, que vai encontrar, no campo educativo, inúmeras questões por resolver – questões relacionadas com os vencimentos, o alargamento da rede de escolas, a dignificação do parque escolar, os horários, o número exagerado de alunos por turma, os 5000 professores sem colocação, a defesa da aposentação para os 25 anos de serviço (enquanto solução para o problema do desemprego), entre outras.

No caso específico do Ensino Secundário, as questões centram-se nos conselhos escolares e na defesa do direito das escolas poderem eleger os seus diretores (cuja decisão final caberia ao Governo, a partir da apresentação de uma lista triplíce!).





Do golpe militar de 1926 aos finais da década de 60

Talvez porque mais forte e mais organizado, o sistema político instalado pelo golpe militar de 28 de Maio foi implacável para com o movimento sindical dos professores. De tal forma que, pegando no caso dos professores primários, estes só conseguiram fazer um único congresso, em Agosto de 1926, realizado num ambiente de descrédito e desconfiança total. Aí, para além da ideia da fundação de uma cooperativa intitulada *Casa do Professor*, os congressistas limitam-se a repetir e a exigir o habitual conjunto de medidas consideradas fundamentais e que eram, normalmente, objecto de conclusões nas assembleias do professorado primário. Terminava, desta forma, uma longa série de congressos promovidos pelos professores primários, que o designado Estado Novo não tardou a reprimir, assim como as organizações sindicais que lhes estavam na origem. A imprensa pedagógica fica submetida a censura, e a pouco e pouco os jornais da especialidade desaparecem.

Morte mais lenta teve o movimento associativo docente. Os professores liceais, por exemplo, conseguiram algumas concessões do poder oficial, como a eleição dos reitores pelos conselhos escolares e o aumento dos vencimentos dos professores efectivos, tendo o grupo da revista «Labor» um papel fundamental nestas conquistas. Daí que não seja de estranhar que o primeiro congresso dos professores do ensino liceal, se realizasse em 1927 (outros se seguirão, anualmente, até 1931). Local de correntes contraditórias, o congresso acaba por resumir a história de uma época onde a reivindicação já se tornava difícil. Após o congresso, o governo mostra a sua hostilidade: o ministro da tutela recusa receber o secretário-geral do congresso com as conclusões. Pela lei orçamental de 1927, os vencimentos e gratificações são reduzidos em 20 por cento e o tempo para a contagem das diuturnidades aumenta. Perante este quadro, os professores vão a Lisboa manifestar-se ordeiramente, numa “atitude calma a serena” e acabam por não ver tão diminuídos os seus ordenados, recebendo, no entanto, a ameaça velada de 24 horas semanais de leccionação obrigatória.

No ano lectivo de 1927/28, por decreto, o governo reorganiza os serviços do *inspectorado* secundário, reforçando



a sua componente de fiscalização e envia aos liceus as novas normas de inspecção. Esta medida vai desencadear um movimento alargado de contestação. De uma forma geral, a classe não faz a condenação radical dos serviços de inspecção, discute os seus fins. No ano seguinte, adensam-se as ameaças aos direitos dos professores, não só pelo reforço do papel da inspecção como pelo acentuar de medidas de limitação das liberdades, de que é exemplo o exercício de censura sobre a revista «Labor».

Na assembleia-geral da *Federação das Associações de Professores dos Liceus*, aprova-se uma resolução que poderia ter rasgado novos caminhos ao associativismo liceal — a filiação no *Bureau International des Federations du Personnel de l'Enseignement Secondaire*. Assim, regularmente, os professores portugueses começam a participar em congressos internacionais, acompanhando e divulgando o movimento da renovação pedagógica e as lutas da classe docente europeia.

Novo marco regressivo no movimento associativo dos professores do liceu, o decreto nº 17 983, de 20 de Fevereiro de 1930, vem proibir as agremiações de professores com carácter federativo. As associações de professores dos vários liceus, a base da *Federação*, são extintas. Acabando com as assembleias de professores em cada estabelecimento de ensino, o governo pensava reduzir o movimento associativo a uma direcção, em Lisboa, dócil e inoperante. Reorganizados os estatutos por força do decreto, a *Federação* passou a denominar-se *Associação dos Professores dos Liceus Portugueses*. Nesse mesmo ano, realiza-se o IV congresso nacional e, passado um ano, aquele que viria a ser o último, já muito desfalcado, pois, “faltaram alguns dos melhores elementos do professorado liceal. De certos liceus nem um só professor compareceu”. O congresso, como que pressentindo os tempos difíceis que esperavam os professores, face a medidas lesivas de direitos — deslocação arbitrária de professores efectivos para outros liceus e penalidades aos professores que prejudiquem a direcção dos serviços escolares e o aproveitamento dos alunos — limita-se “a aguardar a revogação dos mesmos”. Algumas reivindicações avançadas, como a redução do número de alunos por turma e do número



de horas de serviço e melhoria das condições de trabalho, não atenuam o sentimento de desânimo e desorientação dominantes. Na sequência de tudo isto, é suspensa a publicação da revista «Labor».

Finalmente, o golpe final no movimento associativo dos professores, com a proibição de os funcionários públicos se associarem (Decreto nº 23 048, de 23 de Setembro de 1933, artigo 39º). A *União do Professorado Primário Oficial Português* e a *Associação dos Professores de Portugal* são extintas. Curiosamente, o que fica proibido aos professores do ensino oficial torna-se obrigatório para os do ensino particular — a filiação num sindicato nacional, com direcções eleitas submetidas a homologação do ministério corporativo da tutela.

Dava-se início à longa noite de obscurantismo, onde, promovendo um ensino elitista, individualista, paternalista, discriminatório, passivo e examista, o Estado Novo se serviu da Escola para preparar o *cidadão ideal*, que, no essencial, enaltecia a ideia de que a criança deveria adquirir hábitos de disciplina, obediência e submissão. O modelo organizativo adoptado, para exercer o controlo sobre os professores e as escolas, foi o da centralização e uniformização. Daí que, por exemplo, toda a administração burocrática, rígida e uniforme estivesse organizada segundo uma hierarquia assente numa cadeia de escolhas unipessoais que, ao nível da escola, tinha na figura do director ou reitor, escolhido pelas instâncias administrativas, uma peça fundamental para o funcionamento do sistema. Tudo gente ligada ao poder instituído, não restando aos professores qualquer espaço e tempo de participação. A intervenção destes limitava-se à capacidade de ter os alunos *disciplinados* na sala de aula e de *os instruir* o melhor possível. As preocupações inerentes ao cumprimento de um extenso programa curricular, as percentagens de aprovação e, claro!, o inspector, completavam o quadro inibidor da reflexão colectiva sobre a condição de *ser professor* e cortavam com todas as tentativas de inovação e mudança. Este era um professor funcionário, transmissor de um saber centrado nos conteúdos cognitivos, desadaptado do contexto dos alunos e do meio, características de um ensino socialmente discriminatório e selectivo.



Dos Grupos de Estudos ao 25 de Abril

Não é possível, no espaço deste texto, aprofundar o brutal retrocesso que os 48 anos de fascismo representaram no campo educativo nem referir a muita e rica investigação produzida sobre este período. Recentrando-nos no movimento associativo docente, avançamos para o ano lectivo de 1969/70, ano em que surge um movimento organizado de professores eventuais e provisórios, que tinha como motivação imediata conseguir assegurar a remuneração em férias e a recondução no ano seguinte. Este grupo de professores, descontente com a forma como era tratada a profissão docente e com o regime político, decide criar os *Grupos de Estudos do Pessoal Docente do Ensino Secundário* [GEPDES], mais tarde alargados aos professores do ensino primário, publicando uma revista cuja existência ainda se mantém, «O Professor», e alguns comunicados profusamente distribuídos pelas escolas de todo o país. Buscam a mobilização dos professores em torno de questões importantes, de que se destaca a necessidade de um estatuto de carreira. Os objectivos e base de apoio vão alargar-se, progressivamente, a partir do momento em que se organizam sob o nome "tacticamente eufemístico", no dizer de Rui Grácio, de *Grupos de Estudo*, em 1970. Comissões de escola, comissões regionais, secretariado coordenador promovem acções que se estendem e diversificam: reuniões, abaixo-assinados, encontros, colóquios, exposições, um boletim, são os meios de mobilização da classe e de sensibilização da opinião pública. Os GEPDES visam, ainda, tornar-se os interlocutores reconhecidos pelo Ministério da Educação Nacional, vindo a definir objectivos mais ambiciosos que os iniciais, respeitantes a todo o professorado: direitos e garantias profissionais de várias espécies, problemas de formação, participação nas estruturas de gestão escolar, elaboração de um projecto



de estatuto do professor, constituição de uma associação de professores capaz de representar todas as categorias de pessoal docente, e o direito de intervir utilmente na construção do ensino português.

Em 1971, o VI Congresso do Ensino Liceal reata a série interrompida há 40 anos. Realizado, curiosamente, por sugestão do então Ministro da Educação, Veiga Simão, segundo Rui Grácio “no tempo, breve, da experiência Caetanista de descompressão política controlada”, este congresso, sob o lema *Dignificação do Ensino Liceal*, juntou mais de 800 participantes e desenvolve-se em pleno período de discussão pública dos projectos governamentais de reforma do ensino. Respirando-se um “ar condicionado”, os congressistas evitam a abordagem política das questões do ensino. No entanto, muitas intervenções manifestam insatisfação quanto à situação do ensino e dos professores. Três elementos dos GEPDES foram admitidos no congresso, mas apenas na qualidade de observadores, não lhes tendo sido permitido usar da palavra¹. Esta decisão mostra bem a ambiguidade que, durante algum tempo, caracterizou a posição das autoridades escolares face à movimentação dos *Grupos de Estudo*, posição esta que chega a revelar-se contraditória. O ministro recebe-os ocasionalmente e declara que os professores podem e devem continuar a reunir-se e a discutir para benefício do ensino e da educação nacional. Mas os obstáculos são muitos: censura, governadores civis, reitores, directores, o argumento de que findou o período de discussão pública...

Para Rui Grácio, a acção dos GEPDES teve uma importância histórica genuína, como processo de consciencialização e organização dos professores portugueses. Nascendo de uma mera reivindicação profissional, os *Grupos de Estudo* tornam-se uma organização que, nas fronteiras da lei, luta

por ver legalizados os direitos de reunião, de associação e de participação no delineamento do seu estatuto profissional e das políticas de ensino. O clima de “descompressão política controlada” permitiu o reforço de afirmação de movimentos sociais que, nos seus objectivos ou nos seus efeitos, punham em causa o regime. A luta desenvolvida pelos GEPDES inscreve-se numa movimentação social e política de diversificadas frentes — política, sindical, académica, anticolonial — até porque dirigentes e activistas seus procedem de partidos e grupos políticos, organizados ou em organização, que se movimentam clandestinamente em tais frentes.

Os *Grupos de Estudo* constituem, assim, um movimento que evolui das reivindicações profissionais espontâneas de alguns docentes, para uma luta política estruturada em termos de unidade democrática, e mesmo de resistência antifascista. A força que a movimentação alcançara justifica um longo despacho de um secretário da Educação, em que se sumaria a actividade dos *Grupos de Estudo* e argui juridicamente a sua equiparação a associações secretas. Os seus membros ficam sujeitos a prisão correcional, perda de funções públicas, multa e suspensão de direitos políticos por cinco anos. “Era em Fevereiro de 1974. Abril não deixou”.

É, fruto da actividade dos *Grupos de Estudo* que, logo após a *revolução dos cravos*, aparecem os primeiros sindicatos de professores. O primeiro desses sindicatos foi criado 5 dias após a instauração do regime democrático, o que permitiu que as comemorações populares do *1º de Maio*, no Porto, assistissem já ao desfile do *Sindicato dos Professores do Norte*. Assim mesmo, nestes exactos termos. Mas esta é uma estória que fica para o caderno que sairá no próximo número da SPN-Infomação.



¹ Duas das três participantes dos Grupos de Estudo no congresso, Ruth Rodrigues e Manuela Silva, são rostos do Sindicato dos Professores do Norte.

Referências bibliográficas

- Gomes Bento - «O Movimento Sindical dos Professores Finais da Monarquia e I República». 2ª Ed. Lisboa: Editorial Caminho [1978]
 Rui Grácio - Educadores, Formação de Educadores, Movimentação Estudantil e Docente, «Obra completa», III Volume. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian [1996]

Ilustrações

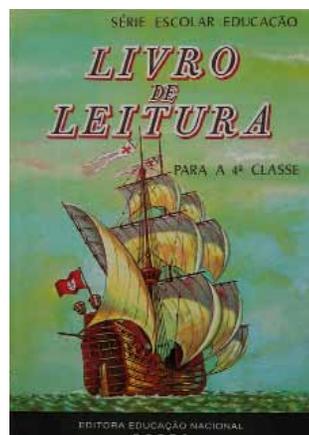
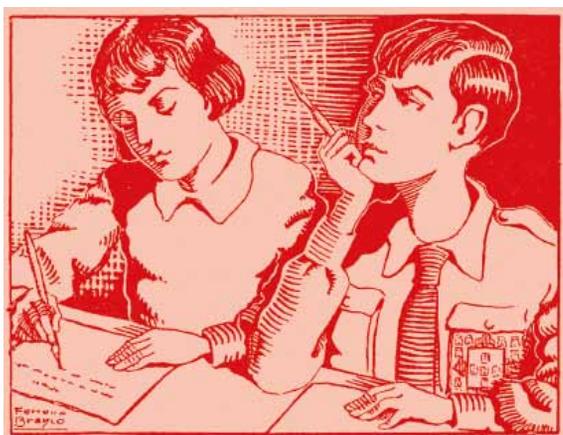
- Os Professores e as Reformas de Ensino. Na viragem do Século (1886-1906) Organização, Introdução e Notas de António Nóvoa, Edições ASA [1993]

O PUXANÇO

O melhor da escola era sem dúvida o recreio. Quando o professor dava ordem de saída para o intervalo, muito dificilmente os rapazes conseguiam fazê-lo de forma calma e ordenada, contrariando as advertências diariamente repetidas. É que não se podia perder tempo. E o intervalo era sempre curto para tudo o que havia a fazer. // Sobretudo nos dias de chuva, o pátio do recreio parecia ainda mais pequeno e os intervalos mais fugazes. Muito disputadas eram as poças de água, para nelas encharcar os pés, e as arcadas do telheiro, para jogar o puxanço.

O CANICHO

Naquele inverno, por exemplo, quando a chuva transformou os intervalos em recolhimentos prolongados debaixo do telheiro, toda a gente começou a fazer o *canicho*. Tratava-se de uma actividade de tecelagem, em que um carrinho-de-linhas com quatro pregos finos, dispostos em quadrado em torno de um dos orifícios, virava máquina de tricotar. Os fios de algodão entrelaçavam-se nos pregos, entre dois movimentos rápidos e precisos de dedos, a que seguia um puxar da linha na extremidade oposta; e pouco a pouco surgia a malha em forma de rolo multicolor. A combinação das cores na trança, essa, dependia do fio que se arranjava e não de qualquer preocupação estética.



A RÉGUA

Até parecia que naqueles anos de escola primária só se aprendia a ler, escrever e contar. Se outras havia para estudar não deixaram marcas... pelo menos na memória e nas mãos. // Arcílio conheceu o peso da régua logo nas primeiras aulas e esses dolorosos encontros mantiveram-se regulares durante longos meses. E tudo por causa das letras, dos números... e, evidentemente, do implacável professor Silva Lobo que, em questões de integração escolar, não criava falsas expectativas: abria o jogo logo no início, ao anunciar como máxima pedagógica o provérbio “moço que não é castigado não será cortesão nem letrado”.

OS EXAMES DE ADMISSÃO

Acabado o exame da 4ª, entrava-se noutra ciclo de trabalho intensivo para os exames de admissão. Primeiro vinha o exame à escola técnica, depois o dos liceus. Silva Lobo continuava a não lhes dar tréguas, ainda que agora sem o recurso à régua ou ao ponteiro; curiosamente, desde que o período de exames se iniciou, o senhor professor parecia outro. Sentiam-no mais próximo, mais companheiro. Talvez porque naquela luta estavam todos no mesmo barco. Ao Silva Lobo cabia justificar a utilidade das mensalidades recebidas e manter a fama de bom professor, que só leva a exame alunos para passar. Estes tinham agora que mostrar o que sabiam a outros avaliadores que não o Silva Lobo.

Luis Souta, «A Escola da Nossa Saudade», excertos. Profedições, Porto (1995)



A RESPEITO DOS LYCEUS FEMININOS



1850

Ela se ocupa em o marido que sabe ler, escrever e contar; e melhor sabe fazer chá, botar uma faca, limar e condimentar sua amada.



1875

Ela sabe philologia, mathematica, physica, chimica, astronomia, grego, latim, etc., mas tem uma dyspepsia e a mata com o chá.

Ela só sabe tomar chá e matar-se a si.



1900

Ela sabe alemão, mathematica, geometria plana e não se põe, introduzindo a bichinha nas orelhas e nos olhos e natural, sempre, latim, língua morta e viva e muitas outras coisas.

Ela é muito humilde e sabe fazer croquet, border e jogar a machete.



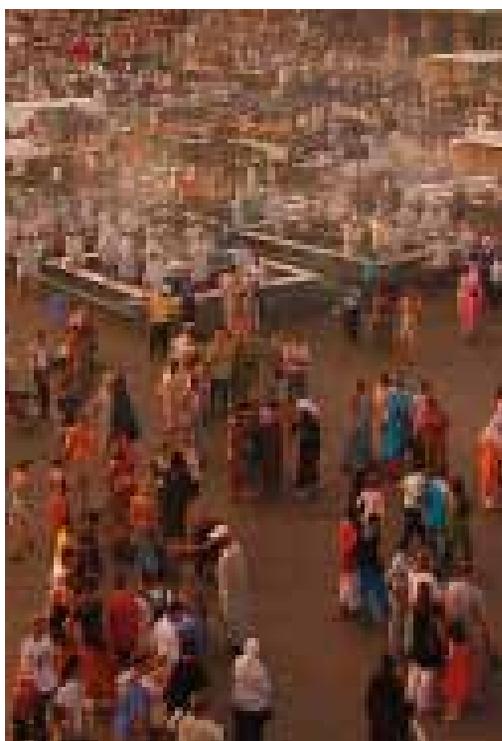
D'agora a aluna assiste ao que é quasi certo: — trancar-se no banheiro.

SPN**30**

Sindicato dos Professores do Norte
30º aniversário



Viagem a Marrocos para sócios do SPN aposentados



02.junho. Porto/Lisboa/Casablanca/Rabat. Formalidades de embarque em voo TAP ou RAM com destino a Casablanca, via Lisboa. Chegada, assistência e transporte para o centro da cidade. Almoço e visita da cidade de Casablanca, capital económica de Marrocos, para ver a medina, a Praça Mohamed V, a Praça das Nações Unidas, o Mercado Central, o Palácio Real, a Mesquita Hassan II e a área residencial de Anfa. Continuação para Rabat. Chegada, visita da capital política e administrativa, começando pela medina e passando pelo Palácio Real, Jardim Oudaya, mesquita, mausoléu de Mohammed V e Torre de Hassan. Jantar e alojamento no Hotel Golden Tulip.

03.junho. Rabat/Meknes/Fez. Pequeno-almoço no hotel e saída em direção a Meknes, via Moulay Idriss, capital islâmica, famosa pelos seus 40km de muralhas. Almoço em Meknes e visita da Versailles Marocaine fundada no final do séc. XVII. Visita de Bab El Mansour, das cavaliariças reais e do bairro judeu. Continuação para Fez, a mais antiga das cidades marroquinas. Jantar e alojamento no Hotel Palais Jamai.

04.junho. Fez. Pequeno-almoço no hotel. Dia dedicado à descoberta de Fez, capital religiosa de Marrocos. Visita à medina medieval, Medersa Bou Inania e Attarine, mesquita Karaouiyine, fonte Nejjarine e aos souks. Almoço em restaurante local. À noite, saída para jantar num antigo palácio da medina.

05.junho. Fez/Midelt/Erfoud. Pequeno-almoço no hotel. Partida para Erfoud pelas montanhas e pelos bosques do Atlas, passando por Ifrane (estância de ski) e Azrou, um importante centro de artesanato. Paragem em Midelt para almoçar. Continuação para Erfoud por Er-Rachidia e vale Ziz. Chegada, jantar e alojamento no Hotel Xalucca.

06.junho. Erfoud/Tineghir/Ouarzazate. De manhã cedo, uma excursão opcional de jeep para ver o nascer do sol sobre as dunas de Merzouga. Regresso ao hotel para pequeno-almoço e continuação para Rissani – cidade santa, onde Mulei Ali Cherif, ancestral da dinastia Alaouite está enterrado. Visita ao kasbah do século XVII e às ruínas Ksar Abbar e continuação para Tinerhir. Visita aos canyons de Todgha e de Dades. Continuação para Ouarzazate pela estrada dos mil kasbahs e do vale Dades, famosa pelas suas rosas. Visita do kasbah de Taourirt. Jantar e alojamento no Berbere Palace.

07.junho. Ouarzazate/Ait Benhaddou/Marrakech. Visita do kasbah de Taouirt Tiffeltout e de Ait Benhaddou, fortaleza que tem servido como uma décor para muitos filmes. Almoço e partida para Marrakech, via Tichka, com uma impressionante paisagem de montanha no coração do Atlas. Instalação jantar e alojamento no Hotel Kenzi Faráh.

08.junho. Marrakech. Pequeno-almoço no hotel. Dia será dedicado à visita de Marrakech, cidade fundada pela dinastia dos Almorávidas, que deixaram majestosos palácios e jardins. Visita aos túmulos sadianos, ao Museu Dar Si Said, aos jardins de Aguedal, Menara e da Koutoubia, ao Palácio Bahia e ao quarteirão dos curtumes e tinturarias. Após o almoço, visita aos souks e suas ruelas inigualáveis e à Jemaa El Fna (na foto), onde o espectáculo de contadores de histórias, encantadores de serpentes, lançadores de fogo e dançarinos é permanente. Regresso ao hotel e saída para jantar.

09.junho. Marrakech/Lisboa/Porto. Pequeno-almoço no hotel, transporte para o aeroporto e embarque em voo TAP ou RAM com destino ao Porto, via Lisboa.

Para mais informações:

contactar a sede ou as delegações do Sindicato dos Professores do Norte

Edifício normativo parece em constante remodelação

E eu pergunto aos economistas políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infância, à ignorância crapulosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta, para produzir um rico?

(Almeida Garrett, 1799-1854)

Foi recentemente publicado o diploma que vem regulamentar a avaliação do desempenho docente. Refiro-me concretamente ao Decreto Regulamentar nº 26/2012, de 21 de Fevereiro, que pretende “garantir um modelo de avaliação que vise simplificar o processo e promova um regime exigente, rigoroso, onde se valorize a actividade lectiva e se criem condições para que as escolas e os docentes recentrem o essencial da sua actividade: o ensino e a aprendizagem”. Esta citação, retirada do preâmbulo do Decreto Regulamentar, em tudo semelhante aos anteriores, permite aferir da falência dos seus semelhantes antecessores. A conclusão é óbvia, na medida em que os repetidos anúncios de simplificação e dedicação às tarefas essenciais não afastaram esta mesma necessidade de recentrar o essencial da actividade docente, imperativo que confirma por decreto a perda desse centro.

No mesmo dia 21 de Fevereiro, foi igualmente publicado o Decreto-Lei nº 41/2012, que precedeu à alteração e republicação do Estatuto da Carreira Docente. As alterações introduzidas no ECD ficam a dever-se, na sua maioria, à introdução da nova regulamentação do modelo avaliativo. Nos anos recentes, os parágrafos que antecedem podiam ter sido escritos com uma frequência que afasta do léxico legislativo termos como “certeza” e “segurança” jurídicas. Pelo contrário, o edifício normativo parece estar em constante remodelação, num processo que gera dúvidas, dificuldades e muitos erros e actos ilegais. Sendo esta tendência transversal, a verdade é que a legislação produzida no âmbito da educação está na infeliz vanguarda da mesma. As nefastas consequências estão à vista de todos, com órgãos e serviços da mesma administração a aplicar diferentes regras e a decidir de modo diverso situações materialmente iguais, gerando desigualdades injustificadas e sem qualquer paralelo com a Lei.

Este cenário é ainda um óbice suplementar para todos aqueles que trabalham estas áreas volúveis do Direito. Neste sentido, o contencioso e serviço de apoio a sócios do Sindicato dos Professores do Norte faz um esforço de permanente actualização e estudo das questões docentes, cientes que estamos do papel decisivo de uma informação rigorosa, detalhada e preventiva, na defesa dos interesses e direitos legalmente protegidos dos associados.

A acrescentar às alterações legislativas acima mencionadas, e que são

apenas a parte maior de um todo em permanente mutação, está em processo de conclusão a alteração do diploma que regula os concursos para selecção e recrutamento do pessoal docente da Educação Pré-Escolar e dos ensinos Básico e Secundário. É meu entendimento que este novo diploma acumula à incerteza e insegurança a violação do princípio fundamental da unidade do sistema jurídico.

Esta unidade é colocada em causa na definição de regras perfeitamente díspares e muito gravosas no que diz respeito à denúncia dos contratos, quer dentro, quer fora do período experimental, assacando consequências perfeitamente distintas das vigentes para todos os outros trabalhadores em funções públicas. O mesmo sucede em muitas outras opções do legislador, como é o caso da ultrapassagem do princípio da graduação profissional propiciado pelo regime de renovações do contrato ou da contratação por oferta de escola. Mais grave é o facto de não se estabelecer qualquer regime de vinculação para os docentes contratados. O Estado afirma, através deste diploma legal, que um docente pode ser contratado a termo *ad eternum*. Esta opção merece ser analisada com algum cuidado, pois além dos princípios de Direito interno, podemos estar perante a violação do quadro jurídico-comunitário, o qual é formado pela Directiva 1999/70/CE (Conselho Europeu), de 28 de Junho, respeitante ao acordo-quadro relativo a contratos de trabalho a termo. Este acordo quadro baseia-se na consideração de que a forma mais comum de contratualização da relação laboral é o contrato de trabalho sem termo. Apesar disto, o acordo-quadro reconhece que os contratos a termo são “uma característica do emprego em certos



sectores, ocupações e actividades". Ciente dos abusos na contratação a termo, o artigo 5º deste acordo-quadro estabelece de modo muito claro que, "para evitar os abusos decorrentes da utilização de sucessivos contratos de trabalho ou relações laborais a termo (...), os Estados-membros (...) deverão introduzir (...) uma ou várias das seguintes medidas:

- a) Razões objectivas que justifiquem a renovação dos supramencionados contratos ou relações laborais;
- b) Duração máxima total dos sucessivos contratos de trabalho ou relações laborais a termo;
- c) Número máximo de renovações dos contratos ou relações laborais a termo".

Estas medidas visam, precisamente, evitar que os Estados-membros façam uma utilização abusiva de sucessivos contratos a termo. Curiosamente, ou talvez não, o Estado português transpôs a directiva em apreço para o Direito interno no que concerne aos contratos de trabalho a termo do sector privado, mas não o fez para os contratos celebrados com pessoas colectivas públicas. Ou seja, o Estado fez constar do Código do Trabalho normas que concretizam impedimentos à utilização sucessiva e abusiva dos contratos a termo, permitindo-se esses abusos quando é o próprio Estado que surge na posição de empregador. A este propósito existem decisões judiciais que trilham o caminho que aqui aponto, nomeadamente, o Acórdão do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, de 04.07.2006, ou o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 22.02.2010. Este último acervo é particularmente grato à nossa demanda pelo respeito da integração sistemática das normas jurídicas referidas, pois ajuizou inconstitucional uma norma que proíbe a conversão de um contrato a termo em contrato sem termo, por considerar que a mesma é violadora do princípio da segurança no emprego, ínsito no artigo 53º da Constituição da República Portuguesa (CRP). O cenário que se afigura para os docentes contratados está, em minha opinião, e salvo melhor entendimento, em conflito com o Direito Comunitário e com a própria CRP. Na verdade, admite-se que docentes sejam contratados a termo sem qualquer limite temporal e, pior do que isso, sem qualquer possibilidade jurídica de que esse vínculo precário possa deixar de o ser. Esta situação apenas se verifica quando o Estado é parte contraente na relação laboral, contrariando todos aqueles que acreditam que o Estado deve funcionar em áreas tão fulcrais da sociedade como um exemplo.

O desafio que se impõe é claro e a resposta apenas pode ser dada pela utilização dos expedientes procedimentais e processuais que permitam a defesa dos interesses e direitos de todos aqueles que representamos, numa demanda difícil, é certo, mas na qual a justeza da causa se impõe com todo o ânimo.

José Miguel Pinho,
Advogado do SPN

Por decisão do autor, o texto não respeita o novo Acordo Ortográfico

Legislação publicada

JANEIRO

13. Resolução 4/12

Assembleia da República recomenda ao Governo que promova a estabilidade e qualificação do corpo docente nas escolas.

20. Decreto-Lei 14/12

Aprova a orgânica da Direcção-Geral da Educação.

20. Decreto Regulamentar 13/12

Aprova a orgânica da Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

26. Declaração de Rectificação 3/12

Rectifica o Decreto-Lei nº 125/11, de 29 de Dezembro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Educação e Ciência.

26. Decreto Regulamentar 15/12

Aprova a orgânica da Inspeção-Geral do Ministério da Educação e Ciência.

31. Decreto Regulamentar 18/12

Aprova a orgânica da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência.

I Série

17. Acórdão do STA 2/12

O Decreto-Lei nº 408/89, de 18 de Novembro, contém normas específicas relativamente ao regime de promoção do pessoal docente universitário e do Ensino Superior politécnico e do pessoal de investigação científica, devendo, em consequência, o regime por ele estabelecido ser considerado como lei especial, prevalecendo sobre as regras gerais para as carreiras da Administração Pública.

21. Decreto-Lei 41/12

Procede à 11ª alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário.

21. Decreto Regulamentar 26/12

Regulamenta o sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente da Educação Pré-Escolar e dos ensinos Básico e Secundário e revoga o Decreto Regulamentar nº 2/2010, de 23 de Junho.

22. Decreto-Lei 42/12

Altera o sistema de apuramento da classificação final do Ensino Secundário dos cursos científico-humanísticos de Ensino Recorrente para efeitos de prosseguimento de estudos.

23. Decreto-Lei 45/12

Aprova a orgânica da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. II Série

10. Despacho 1942/12

Estabelece o calendário dos exames nacionais para o ano de 2012.

14. Despacho 2.146/12

Reconhecimento da profissionalização após a conclusão com aproveitamento dos cursos de pós-graduação de especialização em Ensino da Informática e de pós-graduação de especialização em Ensino da Economia e Contabilidade ministrados pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, até ao final do ano lectivo 2010-2011.

15. Despacho 2.283/12

Reconhecimento como profissionalização em serviço após a conclusão com aproveitamento do Curso de Profissionalização em Serviço ministrado pela Universidade Aberta até final do ano escolar de 2010-2011.

16. Deliberação 202/12

Fixa os pré-requisitos para a candidatura ao Ensino Superior em 2012-2013.

23. Despacho 2.637/12

Alterações ao regulamento da tipologia de intervenção 4.3., *Bolsas e Programas Para Estudantes do Ensino Superior*, do Programa Operacional Potencial Humano (POPH).

27. Deliberação 257/12

Estabelece a correspondência entre os exames nacionais do Ensino Secundário e as provas de ingresso na candidatura de 2012.

II Série

11. Despacho 334/12

Aplicação de normas ao nível da organização e desenvolvimento dos cursos de Educação e Formação de Adultos.

13. Despacho 405/12

Criação da comissão de coordenação do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI)

24. Recomendação 1/12

Recomendação do Conselho Nacional de Educação sobre educação para a cidadania.

25. Despacho 1.013/12

Cessação das comissões de serviço de professores do Ensino Português no Estrangeiro.

30. Despacho 1.305/12

Concede paralelismo pedagógico e autonomia às escolas do ensino particular e cooperativo que ministram cursos do Ensino Artístico Especializado da Dança.

30. Recomendação 2/12

Recomendação do Conselho Nacional de Educação sobre o Estado da Educação 2011 – A Qualificação dos Portugueses.

FEVEREIRO

I Série

07. Decreto Regulamentar 20/12

Aprova a orgânica da Direcção-Geral do Ensino Superior

15. Decreto-Lei 36/12

Aprova a orgânica da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P.

17. Decreto Regulamentar 25/12

Aprova a orgânica da Direcção-Geral da Administração Escolar.

MARÇO

II Série

07. Parecer 2/12

Parecer do Conselho Nacional de Educação sobre a Proposta de Revisão da Estrutura Curricular para o Ensino Básico e Secundário.

Agenda sindical

MARÇO

- 31. Manifestação Nacional. InterJovem, Lisboa
- 22. Greve Geral, CGTP-IN
- 20. Assembleia-Geral de Sócios Extraordinária, para deliberar sobre a proposta da Direcção do SPN de desfiliação da Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos (CPQTC). SPN, sede das delegações sindicais
- 20. Assembleia-Geral de Sócios Ordinária. SPN, sede das delegações sindicais
- 17. Reunião da Direcção. SPN, Porto
- 16. Reunião com a Fenprof/União das Misericórdias. Lisboa
- 12. Reunião dos gabinetes jurídicos e de apoio a sócios dos sindicatos da Fenprof. Lisboa
- 10. Reunião da Coordenação do Departamento do Ensino Superior. Fenprof, Coimbra
- 09-10. Conselho Nacional. Fenprof, Lisboa
- 09. Secretariado Nacional. Fenprof, Lisboa
- 09. Reunião com o Fenprof/MEC sobre o Regime de Gestão das Escolas. Lisboa
- 08. Marcha Pela Igualdade Contra a Exploração, integrada nas comemorações do Dia Internacional da Mulher. CGTP, Lisboa
- 08. Comunicado de imprensa sobre o pedido de fiscalização da constitucionalidade de norma do Estatuto da Carreira Docente pelo Provedor de Justiça. Fenprof, Lisboa
- 07. Reunião Fenprof/Parque Escolar, Lisboa
- 06. Reunião de delegados sindicais do Distrito do Porto. SPN, Porto
- 05. Reunião com Fenprof/MEC sobre o Regime de Concursos, Lisboa
- 02. Conferência de Imprensa sobre o processo de revisão do actual regime de concursos de professores. Fenprof, Lisboa
- 02. Plenário Nacional de Dirigentes, Delegados e Activistas Sindicais, com deslocação para o Ministério das Finanças, Frente Comum, Lisboa
- 01. Comunicado de Imprensa sobre a proposta de revisão do Regime de Gestão das Escolas. Fenprof, Lisboa

FEVEREIRO

- 29-05.março. Semana de Luta da Frente Comum sob o lema "Combater o pacote de exploração na Administração Pública, várias cidades
- 29. Reunião com o Fenprof/MEC sobre o Regime de Gestão das Escolas, Lisboa
- 29. Jornada de Luta Europeia "Contra a austeridade, a exploração e a pobreza; Pelo emprego, salários, direitos e serviços públicos". CGTP, várias cidades
- 27. Reunião Fenprof/MEC sobre o Regime de Concursos. Lisboa
- 27. Debate sobre a Escola Pública, com intervenção da coordenadora do SPN, Manuela Mendonça. Bloco de Esquerda, Penafiel
- 27. Reunião dos gabinetes jurídicos e de apoio a sócios dos sindicatos da Fenprof (Ensino Superior). Lisboa
- 24-25. Vigília de professores contratados: "24 horas contra o desemprego e a precariedade". Fenprof, Lisboa
- 22. Comissão Executiva Extraordinária. SPN, Porto
- 17. Reunião Frente Comum/Ministério das Finanças sobre aplicação ao sector público do acordo UGT/Governo/patrões para o sector privado. Lisboa
- 16. Reunião com a Fenprof/União das Misericórdias. Lisboa
- 16. Conselho Nacional. CGTP-IN, Lisboa

- 15. Debate sobre o Regime de Autonomia e Gestão das Escolas: "Que lugar para a democracia?". Fenprof, Lisboa
- 15. Comissão Coordenadora da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, Lisboa
- 14. Comissão Executiva. SPN, Porto
- 14. Comunicado de Imprensa sobre o "Ataque do Governo ao Ensino Português no Estrangeiro". Fenprof, Lisboa
- 13. Reunião da Coordenação do Departamento do Ensino Superior. Fenprof, Coimbra
- 11. Manifestação Nacional "Contra a exploração, as desigualdades e o empobrecimento". CGTP, Lisboa
- 09. Comunicado de imprensa sobre a 6ª sentença favorável relativa a compensação por caducidade dos contratos, condenado o MEC a pagar aos professores. Fenprof, Lisboa
- 02-03. Secretariado Nacional da Fenprof, Lisboa
- 02. Reunião Fenprof/Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos. Fenprof, Lisboa

JANEIRO

- 31. Reunião com associações representativas de directores (ANDAEP e ANDE) e demais dirigentes das escolas e agrupamentos. Fenprof, Porto
- 31. Comissão Executiva. SPN, Porto
- 30. Secretariado Nacional. Fenprof, Lisboa
- 27-28. XII Congresso da CGTP-IN, Lisboa
- 26. Conferência Sindical Internacional: "A Crise Internacional; Impactos no Emprego e nos Direitos Laborais e Sociais; Resposta Sindical". CGTP, Lisboa
- 25. Reunião Fenprof/associações profissionais e científicas sobre a Revisão Curricular, Lisboa
- 25. Reunião da União dos Sindicatos do Porto. Porto
- 21. Marcha do Vale do Ave. CGTP, Guimarães
- 19. Reunião Fenprof/AEEP, Lisboa
- 19. Comissão Executiva. SPN, Porto
- 18. Entrega na Assembleia da República do parecer da Fenprof sobre alterações à legislação do trabalho, Lisboa
- 17-25. Plenários concelhios sobre a Revisão Curricular, SPN
- 17. Reunião Fenprof/Secretário de Estado do Ensino Superior e Secretária de Estado da Ciência, Lisboa
- 17. Reunião da InterReformados. CGTP, Lisboa
- 16. Reunião Fenprof/União das Misericórdias, Fenprof, Lisboa
- 14. Conselho Nacional. CGTP, Lisboa
- 11. Reunião SPN/DREN, Porto
- 10. Comissão Executiva. SPN, Porto
- 09. Reunião da Coordenação do Departamento do Ensino Superior. Fenprof, Coimbra
- 09. Audição Parlamentar do PCP sobre "Revisão Curricular" e "Trabalho Forçado". SPN, Porto
- 07. Encontro sobre a Revisão Curricular, com a presença de dirigentes do SPN. Associação Nacional de Professores de EVT, Aveiro
- 06. Almoço de Reis dos educadores/professores aposentados. SPN, Porto
- 06. Secretariado Nacional. Fenprof, Lisboa
- 04. Comunicado de Imprensa sobre a Avaliação dos Dirigentes Escolares. SPN, Porto
- 04. Conselho Nacional. CGTP, Lisboa

CGTP aprovou **carta reivindicativa** dos trabalhadores portugueses

As medidas de austeridade são desastrosas, não resolvem a crise da dívida, nem nenhum dos problemas com que o país está confrontado, antes os agravam, fazendo o país mergulhar na recessão económica, sublinha uma das resoluções aprovadas no XII Congresso da Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN).

José Paulo Oliveira
jornalista

A assembleia magna da CGTP decorreu nos dias 27 e 28 de Janeiro, em Lisboa, sob o lema Portugal desenvolvido e soberano. Trabalho com direitos. Participaram cerca de 900 delegados, oriundos de todas as regiões do país e dos mais variados sectores de actividade, da esfera pública e privada, além de numerosos convidados nacionais e estrangeiros. O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) esteve representado por 14 delegados.

Embora grande parte da comunicação

social tenha virado a sua atenção para a mudança de secretário-geral (Arménio Carlos sucedeu a Carvalho da Silva), o congresso possibilitou um debate intenso sobre a actual situação do país, com destaque para as questões económicas e sociais e as suas implicações no mundo do trabalho. Um debate que deu origem a um naipe de propostas em defesa do progresso e do desenvolvimento e contra o desemprego e a precariedade.

Precariedade e redução de direitos. Na última sessão de trabalhos foi apresentado o Conselho Nacional para o mandato 2012/2016 (onde o SPN é representado por Manuela Mendonça e Henrique Borges), que elegeu Arménio Carlos como novo secretário-geral. “A precariedade generalizada no mercado de trabalho está a afectar todos e, em particular, os jovens”, alertou o sucessor de Manuel Carvalho da Silva, acrescentando: “Isto tem uma relação directa com a redução dos direitos, tem uma relação directa com a redução dos salários, tem uma relação directa com a redução da protecção social, mas também tem uma relação directa com a capacidade de resposta e de luta de todos os trabalhadores, porque quantos mais trabalhadores precários existirem numa empresa, mais dificuldades têm de se organizar e confrontar o patrão face ao cutelo da renovação ou não do contrato de trabalho. E é aqui que todos os trabalhadores, em particular os efectivos, podem e devem assumir, nas plataformas reivindicativas, a prioridade da passagem dos trabalhadores precários ao quadro de efectivos”.

Documentos aprovados. Ao longo das sete sessões de trabalho, registaram-se dezenas de intervenções e foram aprovados o Programa de Acção, o Relatório de Actividades, várias moções e três resoluções.

A reunião magna da CGTP aprovou ainda uma “Carta Reivindicativa de Todos os Trabalhadores”, organizada em 15 eixos reivindicativos fundamentais. Um deles aponta para a necessidade de defender a escola pública, investindo e promovendo a qualidade, criando condições que garantam o sucesso educativo e combatam o abandono e a exclusão escolares [página seguinte], matérias a que também se referiu o secretário-geral da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), Mário Nogueira, que também integra a Comissão Executiva da central sindical.

Situação internacional. Numa das moções aprovadas, o XII Congresso da CGTP aponta a necessidade de unir esforços e vontades para construir “Uma Europa e um Mundo justos, solidários, de cooperação, paz e progresso”.

Os temas da actualidade internacional estiveram particularmente em foco numa conferência subordinada ao tema “A crise internacional; impactos no emprego e nos direitos laborais e sociais; a resposta sindical”, que decorreu na véspera do Congresso, reunindo mais de uma centena de sindicalistas oriundos de mais de meia centena de países.



Henrique Borges

Apelo à defesa da **Escola Pública**

Os cerca de 900 congressistas da CGTP aprovaram a “Carta Reivindicativa de Todos os Trabalhadores”. Um dos pontos realça a importância da Escola Pública democrática e deixa um conjunto de objectivos fundamentais:

- Apoiar todos os projectos que visem a promoção do sucesso escolar e educativo dos alunos e combatam o abandono.
- Melhorar as condições de trabalho nas escolas, nomeadamente reduzindo o número de alunos por turma, reorganizar os horários de trabalho segundo as exigências que se colocam aos profissionais da educação e adequar os recursos humanos, materiais e financeiros às necessidades das escolas.
- Financiar adequadamente a educação no sentido de garantir a gratuitidade de frequência da Educação Pré-Escolar, bem como de todos os níveis da escolaridade obrigatória. Respeitar o preceito constitucional que impõe um carácter tendencialmente gratuito à frequência do Ensino Superior.
- Garantir os recursos indispensáveis para que o alargamento da escolaridade obrigatória para 12

anos se cumpra efectivamente, no quadro de uma educação para todos, no que concerne a condições e oportunidades de acesso e sucesso e no respeito pelo carácter inclusivo e democrático da Escola Pública.

- Realizar uma verdadeira reorganização curricular, no quadro do alargamento da escolaridade obrigatória, que responda positivamente às necessidades de uma sociedade em mudança e garanta a elevação da qualidade da educação, do ensino e da formação; consideram-se essenciais todas as áreas de aprendizagem, independentemente de se dirigirem ao reforço de conhecimentos, à construção de competências ou à formação para o exercício de uma cidadania plena, num quadro democrático.

- Intervir no âmbito da rede escolar para melhorar e conferir qualidade ao ensino e não para poupar dinheiro à custa do emprego dos profissionais e de sacrifícios impostos às crianças e aos jovens.

- Considerar, de facto, a Investigação e o Ensino Superior como estratégicos para o desenvolvimento e o progresso do país, investindo e promovendo a sua estabilidade, factor fundamental de promoção da qualidade; urge criar condições de trabalho estáveis e atractivas, em particular nas fases iniciais das carreiras, que permitam o respeito pela liberdade académica e científica.

- Consagrar respostas sociais públicas fortes e eficazes, tendo em conta a situação de crise e empobrecimento que se abate sobre a generalidade das famílias. Exigem-se respostas que contemplem domínios como o da ocupação dos tempos livres, dos transportes escolares, das refeições, bem como a garantia de gratuitidade dos manuais escolares. Torna-se necessário reforçar verbas destinadas à Acção Social Escolar, incluindo as que são transferidas para as autarquias, permitindo-lhes que satisfaçam as responsabilidades que lhes estão atribuídas.

- Conferir estabilidade ao exercício profissional dos trabalhadores da Educação, garantir a sua participação democrática nos diversos âmbitos da direcção e gestão das escolas e defender as carreiras desses profissionais, valorizando-as nos seus variados domínios.



Henrique Borges

A LIBERDADE COMO EXCUSA

A lectura na SPN-INFORMAÇÃO do mes de decembro dun longo artigo asinado por Nuno Serra baixo o título “Liberdade para escolher” levoume a reflexionar sobre a manipulación que do significado da palabra *liberdade* fan aqueles que á hora da verdade o que defenden é unha sociedade menos libre na que unha minoría detentadora dos distintos poderes (económico, político, cultural...) dirixa e o resto sexamos dirixidos. No noso ámbito son quen teñen por obxectivo a privatización e degradación do ensino, eliminando o seu carácter de servizo público básico e buscando a súa conversión en simple mercadoría á que cómpre quitarlle beneficio económico inmediato nunha sociedade cada vez máis globalizada.

A *liberdade de ensinanza* que aparece na constitución española foi o argumento dos distintos gobernos socialdemócratas españois – desde 1982 houbo 22 anos de gobernos do PSOE e 8 de gobernos do PP – para consagrar as dúas redes educativas sostidas con cartos públicos: a propiamente pública, dependente en todos os aspectos da administración, e a privada concertada, que á hora da verdade é o negocio duns empresarios da educación que non corren o perigo de perder o seu capital, como si lles acontece aos empresarios de outros sectores, dado que o seu capital está plenamente garantido ao proceder dos orzamentos públicos.

A chamada “liberdade de escolla” forma parte do núcleo duro dos discursos dunha dereita gobernante na Galiza desde sempre, coa única interrupción de 2005-2009, que non ten problema en empregala como argumento á hora de subvencionar centros escolares de ordes relixiosas que separan ao alumnado por sexo ou á hora de impedir que determinadas materias sexan impartidas no noso propio idioma.

Moitas veces non damos importancia á apropiación e ao uso bastardo da palabra *liberdade*. Cómpre que os traballadores e traballadoras da educación, xunto con outros sectores sociais comprometidos nunha transformación real da sociedade, intensifiquemos o debate ideolóxico.



Ser cultos para ser libres

Hai poucos meses gañou as eleccións no estado español por maioría absoluta o Partido Popular, sendo o novo ministro de Educación José Ignacio Wert, un sociólogo especialista en sondaxes e estatísticas sen relación co mundo da educación, coñecido pola súa capacidade para travestirse, dado que nos últimos anos combinaba as súas presenzas como tertuliano e opinador nos medios de comunicación do grupo Prisa (cabeceira mediática da socialdemocracia) e do grupo Intereconomía (cabeceira mediática de extrema dereita), sendo ademais colaborador da Fundación FAES dirixida por José María Aznar.

Nos poucos meses que leva na responsabilidade ministerial, estamos a comprobar como esa palabra *liberdade*, repetida machaconamente, só está a servir para agachar un maior aprofundamento nas políticas neoliberais: modificación do ensino secundario (de 15 a 18 anos) para garantir a subvención a centros privados en Bacharelato e Formación Profesional; modificación do sistema de axudas ao estudo rebaixando a importancia do nivel socioeconómico á hora da súa concesión; redución de ornamentos...

Moitas veces nós mesmos non damos importancia a esa apropiación e uso bastardo da palabra *liberdade* e cómpre que os traballadores e traballadoras da educación, xunto con outros sectores sociais comprometidos nunha transformación real da sociedade, intensifiquemos o debate ideolóxico – un debate ideolóxico que neste momento está perfectamente exemplificado na frase de José Martí: *Ser cultos para ser libres*.

Non é doado pero hai que desenmascaralos, convencernos nós mesmos e convencer á maioría da sociedade de que a liberdade real só chegará pola cultura; unha cultura individual e colectiva, pois sen cultura non hai verdadeira liberdade e para garantir a posibilidade de adquirila cómpre manter a educación como un servizo público de calidade accesíbel a todos e a todas e única garantía de poder amortiguar as diferenzas sociais.

Nota: Sobre as reformas educativas que ten previsto acometer o novo goberno español, é de interese o artigo A reforma educativa do Partido Popular: (máis) españolización, (máis) privatización e (máis) clasismo, de Anxo Louzao Rodríguez, en <http://www.terraetempo.com/artigo.php?artigo=2289&seccion=4>.

Duarte Correa

Confederación Intersindical Galega (CIG-Ensino)



Ana Alvim

Para desmistificar ideias-feitas [sobre a imagem dos professores], Bárbara Wong, jornalista do Público, escreveu *A minha sala de aula é uma trincheira / 10 mitos sobre os professores*, onde, desassombadamente, aborda as questões mais debatidas na praça pública. É um livro que, através de apurado trabalho no terreno, relata com clareza e pragmatismo os esplendores e desditas do dia a dia dos professores, ao mesmo tempo que remete para uma imprescindível autoanálise de quem exerce a profissão.

Mito 1.

Os professores não querem ensinar

Os pais culpam os professores por não saberem ensinar e os professores culpam os pais por não acompanharem suficientemente os filhos e só se preocuparem na reta final da avaliação. O problema, porém, não reside apenas nestes dois parceiros da ação educativa: a tutela da Educação está constantemente a alterar programas, a emitir novas leis e a pôr e tirar disciplinas dos *curricula*; as instituições que formam os docentes têm também a sua quota-parte de responsabilidade, por não os apetrecharem com as ferramentas necessárias para enfrentarem o dia a dia em contexto de sala de aula.

A relação é, por vezes, muito difícil entre professores e alunos, mesmo quando se trabalha em escolas de qualidade, como testemunha um professor na obra em questão: *“Por vezes, sinto-me um professor que não sabe ensinar porque tenho alunos difíceis, que não me querem entender e estou numa escola brilhante. (...) Nos momentos mais complicados, olha nos olhos do aluno que não está a reter a informação e diz-lhe: Quando não se quer aprender, não existe nenhum professor que consiga ensinar. Zanga-se e pode passar 90 minutos, o tempo de uma aula, a ralhar com aquele aluno. Sabe que está a prejudicar os outros 27 estudantes, mas acredita que pode chegar ao fundo do olhar desinteressado daquele aluno e fazer a diferença”*.

Mito 2.

Os professores não querem ser avaliados

O ministério fez da avaliação docente ponto de honra e criou modelos impossíveis de aplicar, criando nos professores um descontentamento generalizado. De forma explícita, a sociedade em geral apoiou a avaliação do desempenho docente e os comentadores, apesar de pouco informados, opinaram sobre a matéria, não hesitando em ofender toda a classe.

Afinal, o que é que os professores contestam no modelo avaliativo, se consideram que estão constantemente a ser avaliados pelos seus próprios alunos? Os professores contestam: a desestabilização que surgiu nas escolas, o facto de poderem vir a ser avaliados pelas notas de exame dos alunos, a avaliação dos pais, a avaliação entre pares, a avaliação por professores de outras disciplinas e/ou por colegas com menos experiência profissional, o preenchimento de fichas megalómanas, o dispêndio de horas infinitas no processo, as represálias, o impacto na carreira, as quotas, etc., etc., etc.

A autora faz um apanhado da evolução do processo avaliativo, não deixando de reconhecer a confusão que ainda se mantém nas escolas relativamente a este assunto.



A propósito de um

Mito 3.

Os professores estão sempre de férias

É do senso comum que os professores estão sempre de férias. Mas as férias dos professores não são nem mais nem menos do que as dos outros funcionários.

A razão pela qual as férias dos professores são muito invejadas é a confusão que existe em considerar como de lazer os períodos não letivos de Natal, Carnaval e Páscoa. Ora, embora não pareça, até nos períodos de férias a que têm direito, os professores trabalham. E autora elenca alguns afazeres: preparam-se projetos a desenvolver durante o ano letivo, que por vezes extravasam para o seguinte; contactam-se as entidades com as quais esses projetos são desenvolvidos; elaboram-se turmas de acordo com as diretivas, que vão variando de ano para ano; corrigem-se testes quase sempre em detrimento da vida familiar; reúne-se muito para além do horário atribuído, e quantas vezes em sobreposição, no caso de lecionarem diversos níveis; viaja-se com os alunos; corrigem-se exames e fazem-se reapreciações de provas; elaboram-se os PEE, etc.

Se considerarmos que os professores só podem fazer férias de meados de julho a fins de agosto, este mito fica fortemente abalado.

Mito 4.

Os professores não têm autoridade

A legislação em vigor não tem sabido reforçar, como é devido, a autoridade do professor e os processos que supostamente deveriam corrigir situações não são tão céleres quanto deveriam na sua aplicação. Deste modo, os professores veem-se confrontados com uma série de dificuldades de difícil resolução. Por vezes, surgem problemas em situações tão simples como as que dizem respeito à idade. Se se é mais velho, os alunos abusam; se se é jovem e atraente, os alunos mais velhos consideram-se com o direito de assediá-lo(a). Difícil também é lidar com o desrespeito dos pais, sempre prontos a tomarem o partido dos filhos e a superprotegê-los, quantas vezes em detrimento da verdade. Como a imaginação não tem limites, muitas vezes arranjam-se brincadeiras para atrasar o início da aula, para a abreviar, ou simplesmente para que não haja aula. Os alunos usam e abusam de aparelhos sofisticadíssimos, que possuem em abundância, para divulgar incidentes nas redes sociais, o que indubitavelmente lhes causa enorme prazer. A aplicação de sanções, ocorrendo muitas vezes com uma lentidão difícil de explicar, não demove facilmente os infratores dos seus propósitos. O Estatuto do Aluno não é suficiente para conferir ao professor autoridade e/ou poder perante as faltas de presença, de respeito e de indisciplina – embora o novo documento, aprovado em 2010, venha dar mais ligeireza aos processos disciplinares e seja mais justo e célere na aplicação de sanções.

Mito 5.

Qualquer um vai para professor

A ideia de que toda a gente pode aceder à profissão docente ficou do tempo em que a escolaridade obrigatória foi alargada e a falta de professores com formação específica obrigou a abrir o leque de possíveis candidatos, oriundos das mais diversas áreas. Isso criou algum desconforto nos professores de carreira, porque pessoas com formações completamente diferentes das vocacionadas para o ensino puderam competir com profissionais em termos de concurso e preencher lugares de quadro, quando o inverso era impossível. Apesar da tentativa de regulação da profissão através da formação profissional, nem sempre o sistema conseguiu criar em muitos docentes o gosto de ensinar. Entretanto, surgiu a instabilidade, tornando a docência uma profissão menos apelativa. E a prova de admissão, cuja operacionalização está aí, pode ser incentivo para a procura de outras alternativas profissionais.

to
livro a propósito de nós

Mito 6.

Os professores não querem saber dos alunos

Este capítulo é dedicado aos educadores de infância e professores que marcam os alunos de forma negativa para a vida inteira, através da agressão física, psicológica e, mais raramente, sexual.

São muitos os casos de humilhações a alunos, por vezes divulgados nos órgãos de comunicação social; mas não há números sobre as queixas contra os docentes. Há casos em que os pais se queixam de os professores ignorarem o que se passa fora das aulas, mesmo quando existem casos de *bullying*. Multiplica-se, em determinadas áreas geográficas, o uso de violência verbal, psicológica ou física, de maneira persistente e continuada, quer na sala de aula, quer fora. E os casos de *ciberbullying*, a agressão e difamação através da internet, são mais frequentes do que seria imaginável.

Os exemplos são amplamente noticiados em horário nobre. E também neste campo, não raramente, a resolução dos problemas arrasta-se e não são tomadas medidas eficazes contra os autores das agressões.

Mito 7.

Os professores faltam quando querem

Embora seja inevitável e os números avançados pelo ministério se revelem enormes, a falta tem sempre uma repercussão maior no ensino do que em qualquer outra profissão, como testemunha uma docente: *“se faltar durante um dia, são 180 alunos que não tiveram aula. Se cada um chegar a casa e disser aos pais, são 360 pessoas que ficam a saber e que dizem que a professora faltou”*. As faltas estão, contudo, muito reguladas. E apesar de terem direito a um número reduzido de faltas (que ninguém gosta de dar, por se repercutirem no gozo das férias, na avaliação de desempenho e na progressão da carreira), há casos em que os professores têm de repor todas as aulas que não deram, caso dos cursos CEF e EFA.

A assiduidade levada ao extremo veio, entretanto, criar situações muito complicadas em professores com doenças graves e em estado de saúde crítico, que, vendo recusada a reforma e tendo esgotado o período de atestado médico, se viram forçados a “dar aulas” em situações deploráveis. Os encarregados de educação parecem, contudo, agradados com esta medida.

Mito 8.

Os professores não sabem educar

Manter a disciplina na sala de aula não é tarefa fácil e prejudica o cumprimento dos programas. Ultimamente, tem vindo a assistir-se a uma onda de violência por parte de pais e encarregados de educação que não se coíbem de agredir os professores até dentro da sala de aula.

Quem são estes rapazes e raparigas que batem nos professores, que lhes chamam nomes ou os agridem? “Para os professores, estes são alunos sem regras que chegam à escola sem saber o essencial, que os adultos devem ser respeitados, que as ordens são para obedecer e não para contestar. Frequentemente ouve-se um professor dizer: «eu não sou o teu pai ou a tua mãe»; «julgas que estás em casa?». Como quem diz, «se os teus pais te permitem falar assim com eles, na escola não podes fazê-lo». E os estudantes, pouco habituados à disciplina, têm dificuldade em respeitar os professores”.

Todos se lembram do caso amplamente divulgado sobre a questão do telemóvel que uma docente quis tirar a uma aluna numa escola do Porto ou do professor de música que, de personalidade algo reservada e não aguentando continuar a ser alvo de chacota, pôs termo à vida na Ponte 25 de Abril.

As estatísticas apontam para mais de uma agressão por dia. Mas há muitos casos que não são denunciados, por vergonha ou medo de represálias. Há docentes que acham que não vale a pena fazer queixas, devido à fatídica morosidade dos processos e por acabar por nada acontecer, dado que muitos dos agressores são muito jovens.

Mito 9.

Os professores têm uma grande vida

A maioria das pessoas pensa que os professores têm fins de semana prolongados, saem cedo do trabalho e têm salários invejáveis que lhes permitem gozar férias no estrangeiro durante as interrupções letivas. A realidade é muito diferente, sobretudo a partir do momento em que houve cortes nos salários. Sabemos que os professores portugueses são dos que mais trabalham na União Europeia, ganham muito pouco no início de uma carreira cada vez mais precária e têm muita dificuldade em ingressar nos quadros, porque o Estado poupa muito nos seus salários quando eles continuam fora dos quadros. Comparando os salários dos professores portugueses com os dos europeus, pode constatar-se que ganham menos; só se pode dizer que ganham bem no final de carreira, quando comparados com a média nacional, que é muito baixa. Muitos professores, dececionados com o sistema, com medidas que provocaram mal-estar no clima das escolas e com receio de que as coisas se agravassem, decidiram pedir a reforma antecipada, ainda que com penalização. Não falando dos casos de doença provocada pelo desgaste profissional, das distâncias que têm que ser percorridas para cumprir horário e da angústia que é vivida quando se espera por colocação.

Mito 10.

Os professores não sabem nada

A missão do professor é ensinar. Ou antes, era; porque agora tem de ser um profissional completíssimo: deve conhecer a fundo não só os conteúdos da sua disciplina como de outras áreas indispensáveis à evolução de matérias, como as tecnologias de informação, ou de novas “disciplinas”, como o Estudo Acompanhado, a Área de Projeto, a Educação Sexual, etc.

E ei-los a desdobrarem-se em múltiplas atividades dinamizadoras da vida escolar: criação de blogues, utilização de plataformas de aprendizagem, ações de sensibilização para a leitura, candidaturas a concursos, ações de solidariedade, organização de viagens, colocação de alunos em estágios, participação em campeonatos, luta contra o abandono escolar, criação de associações, mobilização dos pais, formação de colegas, etc.

Cada vez mais é pedido aos professores que sejam tudo. Os pais, de uma forma que se vai generalizando, querem que a escola lhes resolva todos os problemas e que não os chateie. E o facto de os jovens permanecerem na escola até aos 18 anos pode ser um desafio ou um enorme problema, quando esses jovens se não encontram minimamente motivados.



Altina Fernandes



Bárbara Wong

Altina Fernandes

sócia SPN nº 17.995

Escola ES/3 Miguel Torga – Bragança

Texto adaptado da apresentação

no SPN/Bragança, em 25.Novembro.2011

Uma “Antologia (Im)possível”

O Coral de Letras da Universidade do Porto editou, em finais de 2011, 26 canções regionais portuguesas de Fernando Lopes-Graça, que realizou uma enorme recolha de canções por todo o país, e as harmonizou, dando origem a 267 canções distribuídas por 24 cadernos. Desses cadernos, o Coral de Letras, dirigido por José Luís Borges Coelho, escolheu e gravou uma canção de cada (mais duas das *Cantatas de Natal*), dando ao conjunto o título de “Antologia (Im)possível”. O CD tem a marca interpretativa de Borges Coelho, podendo mesmo falar-se não de interpretação, mas de restituição do pensamento musical de Lopes-Graça no que à música coral diz respeito. Esta gravação é, na realidade, uma obra antológica da melhor música coral que existe em Portugal.

Como pôde um diamante destes ter passado despercebido à crítica musical?



“O Violino de Lao Tá” para escolas do 1º Ciclo

O Programa Caracol 2012, promovido pelo Ensemble de Actores (Porto), leva às escolas que o solicitem *O Violino de Lao Tá*. O programa tem como objetivo proporcionar às crianças a oportunidade de participarem numa representação teatral em contexto de escola. Uma equipa do Ensemble desloca-se às escolas e prepara com uma turma, em colaboração com o respetivo professor e num curto espaço de tempo (duas sessões), um espetáculo especialmente desenhado para o efeito – os ensaios podem decorrer na sala de aula, e durante o período letivo; na terceira e última sessão, a turma apresenta-o aos restantes alunos da escola. A apresentação não necessita de palco, podendo realizar-se num polivalente, numa cantina ou mesmo ao ar livre, dado que o dispositivo cénico é muito simples e adaptável. Nestas apresentações podem participar todos os alunos da turma, já que as possibilidades de falhar a realização do espetáculo são reduzidas ao máximo: não é necessário memorizar textos, sequências ou marcações, e as narrações e os diálogos são gravados por profissionais, garantindo que a história será totalmente perceptível para os pequenos espectadores.

[ensemble@sapo.pt | 229 826 318]



Ensemble de Actores

(os dias d)as mulheres

*são como o chocolate. doce. mas nem todo. nem sempre.
as mulheres são doces. mas nem sempre. às vezes amargam.
são como o chocolate. de leite. negro. suave. intenso.*

*o recheio é diverso. mas sempre saboroso.
perfumado. embriagante. fresco. caloroso. excitante. calmante.
açucarado. especioso. prolongado. breve. macio. impressionante.*

*não há mulher. há mulheres.
não há mulheres a dias. as mulheres são sempre.
são como o chocolate. de leite. escuridão.
provocam dependência...*

António Baldaia



Ana Alvim



nesta edição

02. a abrir
- editorial
03. **Nunca menos!**
- acção sindical
04. **Revisão da Estrutura Curricular**
Alteração Cirúrgica? Sim... Amputação é alteração cirúrgica!
06. **Concursos: razões do não acordo da Fenprof**
08. **Revisão do Regime de Autonomia, Administração e Gestão das Escolas**
Síntese cronológica de um processo em curso
- do superior
10. **SPN reuniu com reitor da UTAD**
- distritais spn
11. **SPN/Porto intensifica ação sindical**
12. **A propósito do Projecto Educativo Municipal de Gondomar**
Governança da Educação
13. **Indisciplina e violência na escola**
14. **Reforma curricular, agora, porquê?**
- correio dos leitores
15. **Da sustentável leveza do ser ao fim da EVT**
- notícias spn
16. **SPN: 30 anos a construir e a afirmar a força e a vontade dos professores do Norte**
17. **Viagem a Marrocos para sócios do SPN aposentados**
- contencioso
18. **Edifício normativo parece em constante remodelação**
20. **Legislação publicada**
- agenda sindical
21. **Agenda sindical janeiro/fevereiro/março**
- nacional
22. **CGTP aprovou carta reivindicativa dos trabalhadores portugueses**
23. **Apelo à defesa da Escola Pública**
- internacional
24. **A liberdade como excusa**
- vemos, ouvimos e lemos
26. **A propósito de um livro a propósito de nós**
- apostas spn
30. **Uma "Antologia (Im)possível" | "O Violino de Lao Tá" para escolas do 1º Ciclo**
- a fechar
31. **(os dias d)as mulheres**